

Máscara deixa de ser obrigatória em locais abertos de SP nesta quarta (9)

A partir desta quarta-feira (9), o uso de máscara não é mais obrigatório em espaços abertos no estado de São Paulo, inclusive nas escolas da rede pública e privada.

A medida foi anunciada pelo governador João Doria (PSDB) em entrevista coletiva nesta quarta (9). Mais tarde, o decreto com as novas regras foi publicado em edição extra do Diário Oficial.

O uso continua sendo exigido em ambientes fechados como transporte público, estações de metrô e trem, por exemplo. A liberação total da utilização do item, inclusive nesses ambientes fechados, poderá ocorrer até o final deste mês, segundo o governador.

Nas escolas, o uso de máscara deixa de ser obrigatório

em ambientes abertos como quadras esportivas e o pátio. Em salas de aulas, por exemplo, a exigência está mantida.

Na última sexta (4) que Doria optaria pela flexibilização em ambientes abertos, como ruas, praças, parques e estabelecimentos comerciais. Ao mesmo tempo, deveria manter a obrigação do equipamento em ambientes fechados como forma de prevenção ao coronavírus.

Outra medida, anunciada pelo governador nesta quarta, é a volta da capacidade total de público nos eventos culturais e de lazer, além das praças esportivas -os frequentadores deverão apresentar o comprovante de vacina.

Até então, os estádios de futebol poderiam receber até 70% da sua capacidade de

público. A presença da torcida nos espaços chegou a ser proibida no início da pandemia, em março de 2020. A Vigilância Sanitária Estadual registrou 10.742 autuações de 1º de julho de 2020 a 28 de fevereiro de 2022.

O uso obrigatório de máscaras em São Paulo foi instituído em maio de 2020 como forma de combate e prevenção ao coronavírus, sob pena de multa e inclusive prisão. De julho de 2020, quando se encerrou o período de adaptação à norma, a Vigilância Sanitária Estadual registrou 10.742 infrações. Quem descumprir a nova regra, publicada no Diário Oficial na tarde desta quarta, ainda poderá ser autuado -a multa prevista é de R\$ 552,71.

Carlos Petrocilo/Folhapress



Economia



Governo quer cortar tributo de frete para reduzir custo de combustíveis e fertilizantes Pág - 03

Inadimplência na capital paulista chega a 21,8% em fevereiro

Página - 03



Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico; salto já é sentido pelos supermercados

Página - 05



Política

Trava no julgamento da revisão da vida toda foi manipulação pró-governo Bolsonaro, dizem ministros

Página - 04

Haddad prepara incursão em SP para atenuar nacionalização de campanha

Página - 04

No Mundo

Ucrânia acusa Rússia de bombardear maternidade no sul do país



A Ucrânia acusou a Rússia de bombardear nesta quarta (9) uma maternidade e hospital infantil em Mariupol, porto no sul do país que está sob cerco, durante o cessar-fogo acertado entre os dois lados para permitir a saída de civis da cidade.

Segundo o governo local, 17 mulheres e crianças ficaram feridas no ataque. As imagens disponíveis sugerem que a área ao lado do prédio foi atingida ou por artilharia, ou por aviões. Mulheres grávidas foram removidas no meio do entulho fumegante do lado de fora do edifício, gerando imagens emblemáticas do drama da guerra.

O incidente foi imediatamente usado por Kiev em sua campanha em favor da instauração de uma zona de exclusão aérea sobre o país. A Otan (aliança militar ocidental) se recusa a fazê-lo, porque isso significaria decretar guerra aos russos, que já têm relativa dominância dos céus ucranianos.

“A destruição é colossal. Ataque direto de tropas russas à maternidade. Pessoas, crianças estão sob os escombros”, tuitou o presidente Volodymyr Zelenski, embora as imagens até aqui disponíveis não indicassem essa condição das vítimas.

A Ucrânia diz que 1.170 dos mais de 400 mil habi-

tantes de Mariupol antes da guerra já morreram após a invasão. Em Moscou, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, voltou a dizer que as forças russas não miram alvos civis nesta campanha.

O Ministério da Defesa atualizou alguns números sobre o que diz ter destruído no país vizinho: 90% das pistas de pouso com uso militar, 974 tanques e blindados, 97 drones. Como em toda guerra ativa, não há como checar a acurácia dessas informações, ou daquelas divulgadas em Kiev.

Mariupol é um ponto central da frente sul da guerra de Vladimir Putin.

Igor Gielow/Folhapress

“Não gastamos o suficiente em defesa”, diz chanceler britânica

A ministra das relações exteriores do Reino Unido, Liz Truss, afirmou que os países do Ocidente não gastaram o suficiente com a defesa nos últimos anos, mas viram o crescimento das capacidades militares da Rússia. Ela estava hoje (9) em Washington, ao lado do secretário de estado americano, Anthony Blinken, em uma coletiva de imprensa.

“Nós recebemos com prazer o anúncio da Alemanha de que vai aumentar os seus gastos [com defesa] e outros países também. Precisamos também aumentar a circulação de informações entre nós. Os Estados Unidos e o Reino Unido têm feito isso, têm compartilhado informações e inteligência. O Reino Unido abandonou suas unidades de informação no final da Guer-

ra Fria. A Rússia não fez isso. Precisamos pensar numa defesa conjunta, em práticas de defesa, informações, para que possamos competir com os russos, estar à frente deles”, afirmou a chanceler.

Quando perguntada sobre a possibilidade da criação de espaços aéreos de exclusão, solicitação feita insistentemente pelo presidente ucraniano, Liz Truss afirmou que a melhor forma de garantir a segurança no espaço aéreo da Ucrânia é continuar enviando armamentos antiaéreos e apoio militar e humanitário. Volodymyr Zelenski, mandatário ucraniano, vem há dias pedindo a criação desse espaço de exclusão aéreo para que aviões de outros países possam sobrevoar a Ucrânia e abater aviões russos que estejam em seu território.

Marieta Cazaré/ABR



Zelensky pede conversa com Putin e diz estar disposto a fazer concessões



O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, disse, nesta quarta-feira (9), que os ucranianos também estão lutando pelos demais países europeus na guerra com a Rússia. A fala de Zelenski aconteceu quando ele comentava, em entrevista ao jornal alemão Bild, sobre a possível inclusão do país à União Europeia.

“O que está acontecendo conosco agora também pode acontecer com vocês. E isso é muito importante para mim: nós morremos por vocês também”, afirmou Zelenski, ao falar sobre países que não apoiam a Ucrânia na UE.

Zelenski assinou no úl-

timo 28 de fevereiro, quatro dias depois do início da guerra com os russos, o pedido para que a Ucrânia passe a integrar o bloco europeu. Na ocasião, ele pediu para que o grupo admitisse “urgentemente” a entrada do país.

Em votação realizada no dia seguinte (1º), o Parlamento Europeu recomendou que a Ucrânia ganhasse o status de membro da União Europeia. A decisão foi tomada por 637 votos favoráveis, 13 votos contrários e 26 abstenções.

“Os governos que não apoiam nossa adesão à UE apontam para reformas que ainda precisam acontecer. Eles não nos veem como iguais. Ainda tenho muitas

perguntas sem resposta”, disse Zelenski.

Zelenski também afirmou estar disposto a fazer concessões para por fim à guerra, embora não tenha especificado quais. Dentre as exigências impostas pela Rússia para cessar os ataques aos vizinhos está o reconhecimento das repúblicas separatistas de Donetsk e Luhansk, no Leste ucraniano, como territórios independentes.

“A questão aqui não é o que eu posso dar. Em todas as negociações, meu objetivo é acabar com a guerra com a Rússia. E também estou pronto para dar alguns passos”, disse Zelenski.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Governo quer cortar tributo de frete para reduzir custo de combustíveis e fertilizantes



Em meio à escalada nos preços de petróleo e fertilizantes, pressionados pela guerra na Ucrânia, o governo brasileiro planeja um corte na tributação do frete marítimo para tentar reduzir custos de importação.

O Ministério da Economia pretende estabelecer, por meio de um decreto, um corte linear de aproximadamente um terço no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) - um tributo criado nos anos 1980 para incentivar a indústria naval nacional.

A medida tem custo calculado em aproximadamente R\$ 4 bilhões por ano e não

há necessidade de compensação orçamentária porque a redução poderá ser usufruída por todos os setores. A Lei de Responsabilidade Fiscal só exigiria um balanceamento no caso de o corte tributário ser restrito a um grupo ou segmento.

O AFRMM incide sobre o produto desembarcado nos portos, seja de origem internacional ou de outras regiões brasileiras (por exemplo, por meio da navegação de cabotagem). Apesar disso, praticamente todo o valor arrecadado é oriundo das operações de importação.

Os combustíveis são os que mais contribuem para a arrecadação com o tribu-

to (cerca de 18%), seguidos por cargas transportadas por contêineres (cerca de 17%) e adubos e fertilizantes (cerca de 13%). Outros produtos têm representatividade menor.

A proposta desenhada até agora estabelece um corte linear de 33,9% no AFRMM, sendo que há diferentes percentuais resultantes conforme a origem. Na navegação de longo curso internacional, por exemplo, a alíquota cairia de 25% para 16,5%; na de longo curso nacional, de 25% para 16,5%; na de cabotagem, de 10% para 6,6%.

O AFRMM é considerado pelo Ministério da Economia um tributo que não contribui para a atividade. Fábio Pupo/Folhapress

Gasolina iria a R\$ 18,22 se petróleo custasse US\$ 300, como disse Putin



O petróleo em patamares recordes vai bater no bolso dos brasileiros, dizem economistas. Pela política de preços da Petrobras, os preços dos combustíveis vendidos aqui no país devem acompanhar a média da cotação do barril no mercado internacional. Se a regra estivesse sendo seguida, o litro da gasolina já deveria estar na casa de R\$ 9, segundo especialistas. E poderia chegar a R\$ 18,22, se o barril chegasse aos US\$ 300, como ameaça o governo russo.

Mas especialistas ouvidos pelo UOL afirmam que o governo brasileiro deve buscar formas de absorver a maior parte dessa valorização do petróleo sobre os combustíveis no Brasil para

Inadimplência na capital paulista chega a 21,8% em fevereiro

A inadimplência das famílias na cidade de São Paulo chegou a 21,8% em fevereiro, segundo pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Segundo a entidade, é o maior nível desde dezembro de 2019, quando 22,2% estavam com dívidas em atraso.

O percentual registrado em fevereiro significa que 872 mil famílias estão com as contas em atraso, um crescimento de 61 mil lares em relação a janeiro (20,3%). Em fevereiro de 2021, o índice de inadimplência na cidade era de 18,2%.

A inadimplência é maior na faixa de renda de até dez salários mínimos, ficando em 26,4%. Entre as famílias que

ganham acima desse patamar, 10,2% têm dívidas em atraso.

O endividamento das famílias cresceu, segundo a Fecomercio, 13 pontos percentuais na comparação entre fevereiro deste ano e de 2021, passando de 59,2% no ano passado para 73% no último mês. Em termos absolutos, são 2,92 milhões de famílias com dívidas na capital paulista.

Entre as famílias que recebem até dez salários mínimos por mês, o endividamento ficou em 76,2% em fevereiro. Nos lares com renda acima disso, 64% têm dívidas.

“Desde o ano passado, o endividamento vem batendo recordes em razão da dificuldade das famílias em manter o consumo, diante do quadro de inflação e desemprego”, analisa a entidade a partir dos dados.

Daniel Mello/ABR



evitar que a inflação ganhe novo impulso e provoque um maior impacto negativo sobre a economia brasileira. Mesmo que isso custe R\$ 200 bilhões neste ano, conforme cálculos do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

O petróleo já vinha subindo de preço desde o ano passado por causa da retomada da atividade econômica. Agora acelerou a alta com a invasão da Ucrânia pela Rússia e reforçou o ímpeto de valorização após os Estados Unidos anunciarem a suspensão das importações do produto russo.

A cotação do barril no mercado internacional já se aproxima de recordes históricos, ao testar o patamar de US\$ 140, com risco de buscar níveis ainda mais eleva-

dos, como ameaça o governo russo, que sinaliza o produto chegando a US\$ 300.

Por causa da política de preços praticada pela Petrobras, os combustíveis no Brasil têm os custos definidos a partir da cotação do barril no mercado internacional. Assim, a valorização do petróleo lá fora acaba chegando às bombas de gasolina aqui no Brasil, explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, especialista nos mercados de energia e petróleo.

A política de preços da Petrobras determina os reajustes conforme uma média semanal de preços do barril no mercado internacional. Em tese, os preços mais elevados nas refinarias já deveriam estar valendo.

Folhapress

Política

Trava no julgamento da revisão da vida toda foi manipulação pró-governo Bolsonaro, dizem ministros



O pedido de desta que feito pelo ministro Kassio Nunes Marques, do STF, que deve levar o julgamento da revisão da vida toda ao plenário físico, foi interpretado por outros integrantes da corte, em reservado, como uma tentativa de manipular o resultado a favor do governo Jair Bolsonaro.

Por isso, a previsão é que seja colocada em votação uma questão de ordem para manter o voto do ministro Marco Aurélio, favorável aos aposentados do INSS. Esse voto foi apresentado antes de o ministro se aposentar da corte, em julho do ano passado.

Com o destaque, Nunes Marques deve fazer com que o tema saia do plenário virtu-

al e vá para o plenário físico, com a possibilidade de o julgamento da ação recomeçar do zero. Em tese, o voto de Marco Aurélio seria descartado e, em vez dele, votaria o ministro André Mendonça.

Outros ministros têm tentado reverter essa possibilidade com o objetivo de manter o voto de Marco Aurélio.

Nunes Marques e André Mendonça são os dois mais novos ministros da corte, indicados pelo presidente Bolsonaro.

O impacto da revisão da vida toda para as contas públicas preocupa o governo. Na ação, aposentados pedem que todas as suas contribuições ao INSS, incluindo as realizadas antes da criação do real, em 1994, sejam consi-

deradas no cálculo da média salarial para aumentar o benefício previdenciário.

No plenário virtual, o julgamento havia sido favorável aos aposentados. Seis dos 11 ministros votaram a favor do pedido de revisão, indicando a constitucionalidade da tese. Cinco deles foram contrários à correção, após relatório do governo indicando que haveria gastos de R\$ 46 bilhões em dez anos se a medida fosse aprovada.

O destaque de Kassio Nunes Marques foi feito a menos de 30 minutos do prazo final do julgamento no plenário virtual -ambiente em que os ministros podem incluir os seus votos quando um processo é pautado.

José Marques/Folhapress

STF julga afrouxamento da Ficha Limpa; ação opõe PDT de Ciro a idealizador da lei



O julgamento do STF que pode flexibilizar a Ficha Limpa, previsto para ser retomada na tarde desta quarta-feira (9), põe em polos opostos um dos idealizadores da lei, o ex-juiz Márlon Reis, e o PDT do pré-candidato à Presidência Ciro Gomes.

O Supremo analisará um pedido do PDT para que seja encurtado o tempo que um condenado fica inelegível, de pelo menos oito anos, o que tem sido criticado por movimentos contra a corrupção -como o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral), fundado por Reis.

A tendência é que, no tri-

Haddad prepara incursão em SP para atenuar nacionalização de campanha

Pré-candidato ao Governo de SP pelo PT, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad está modulando seu discurso de campanha da esfera nacional para a estadual.

Um dos incentivadores da chapa Lula-Alckmin -já em vias de consolidação-, Haddad informou ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, concluída essa costura, pretende se dedicar à pré-campanha pelo governo estadual, afastando-se do debate nacional.

A interlocutores o ex-prefeito tem afirmado, em tom de brincadeira, que vai acionar o "software estadual". Sua disposição é visitar as 15 macrorregiões de São Paulo e elaborar projetos para cada uma delas.

O desafio, segundo interlocutores do petista, é encontrar o equilíbrio em um

discurso que ainda está muito nacionalizado. Haddad foi ministro da Educação no governo Lula e candidato à Presidência em 2018, ficando em segundo lugar na disputa contra Jair Bolsonaro (PL) com mais de 47 milhões de votos.

Em evento que oficializou o apoio do PC do B à candidatura de Haddad ao Palácio dos Bandeirantes na semana passada, em São Paulo, o ex-prefeito tratou basicamente de temas nacionais. Ele criticou o governo Bolsonaro, falou da possibilidade de fazer alianças com partidos e comentou até sobre a guerra na Ucrânia.

A avaliação de petistas é que a disputa no estado irá refletir o cenário nacional e, por isso, não daria para fugir desses temas -mas que isso não dará a tônica do discurso da campanha.

Victoria Azevedo/Folhapress



bun, os cálculos sejam flexibilizados ao menos em alguns pontos pelos ministros.

O partido afirma que, com a solicitação, busca acabar com desproporcionalidades em sanções aplicadas devido à Lei da Ficha Limpa. Para o PDT, a atual aplicação da lei provoca uma dupla condenação a quem deseja ser candidato.

A tentativa de mudanças que o partido quer aplicar provocou nos últimos anos questionamentos a Ciro, que pretende concorrer novamente ao Planalto e exaltou no passado que era livre de processos.

"Sou ficha limpa! Nunca respondi por nenhum malfeito em 38 anos de vida pública",

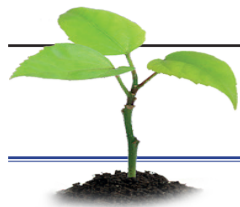
escreveu em rede social na época da campanha de 2018.

Em dezembro de 2020, o relator da ação, ministro Kassio Nunes Marques, concedeu uma liminar favorável ao entendimento do partido.

A Lei da Ficha Limpa define que políticos condenados por órgãos colegiados (como tribunais de segunda instância) ou cujo processo tenha transitado em julgado ficam inelegíveis desde a condenação até oito anos depois de cumprirem a pena.

A lei lista dez tipos de crimes aos quais se aplica a proibição de disputar eleições, como corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

José Marques/Folhapress



Agricultores do Brasil estão assustados e há uma corrida para comprar potássio, diz executivo



Agricultores no Brasil, o maior importador de fertilizantes do mundo, estão correndo para garantir nutrientes para as lavouras com receio de uma escassez global do insumo após o ataque russo à Ucrânia.

“Os agricultores estão assustados. Há uma corrida para comprar potássio”, disse José Marcos Magalhães, diretor-presidente da cooperativa Minasul, a segunda maior exportadora de café do Brasil.

A corrida para garantir os nutrientes no Brasil ilustra os efeitos que a invasão da Ucrânia está causando nos mercados de commodities. A Rússia é um importante fornecedor de potássio e outros insumos agrícolas, bem como

um grande exportador de alumínio, grãos, petróleo e gás natural. O Brasil, potência agrícola que lidera a produção de soja, café e açúcar, importa cerca de 80% de suas necessidades de fertilizantes.

A Minasul, que possui vendas de produtos agrícolas no estado de Minas Gerais, viu suas vendas diárias de insumos agrícolas saltarem para cerca de R\$ 20 milhões (US\$ 4 milhões) na quinta-feira, dos habituais R\$ 2 milhões a R\$ 3 milhões por dia.

“Metade das vendas de fevereiro foram feitas só nos últimos dois dias”, disse Magalhães, acrescentando que até agora conseguiu atender ao aumento da demanda graças aos estoques da cooperativa.

No Centro-Oeste, os

agricultores não tiveram tanta sorte. Alguns produtores de grãos de Mato Grosso, o maior produtor de soja do país, nem conseguiram obter cotações de preços e estimativas de entrega de suas fornecedoras de fertilizantes nos últimos três dias. Os importadores também não receberam tabelas de preços de seus fornecedores no exterior, segundo Jeferson Souza, analista de fertilizantes da Agrinvest Commodities. “Os preços de fertilizantes no mercado brasileiro entraram em um momento de incerteza por causa da invasão russa e devem se manter instáveis até o início de março”, diz Marina Cavalcante, analista da Green Markets Brasil da Bloomberg, em relatório. Money Times

Com alta de 46,25% desde o início da guerra, trigo tem recorde histórico; salto já é sentido pelos supermercados



O preço do trigo na Bolsa de Chicago (EUA) bateu nesta segunda, 7, o recorde histórico de US\$ 12,94 por bushel, pressionado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, dois grandes produtores do grão.

A marca supera a cotação atingida em março de 2008, de US\$ 12,83, no boom das commodities. Desde o início do confronto, o trigo já subiu 46,25% em Chicago. No interior do Rio Grande do Sul, a tonelada do grão atingiu R\$ 1.960, preço recorde e com alta de 26% em uma semana, aponta a consultoria Safras & Mercado.

A disparada da cotação do trigo começa a ser sentida pelos supermercados nas negociações com os fornece-

Crise alimentar cresce com preços em alta provocando proibições de exportação

A crise alimentar global desencadeada pela invasão da Ucrânia pela Rússia se intensificou nesta quarta-feira, quando a Indonésia apertou as restrições às exportações de óleo de palma, somando-se a uma lista crescente de países que buscam manter suprimentos vitais de alimentos dentro de suas fronteiras.

O conflito na Ucrânia está ameaçando a produção global de grãos, o fornecimento de óleos vegetais e as exportações de fertilizantes, elevando os preços das commodities básicas e refletindo a crise nos mercados de energia.

O óleo de palma é o óleo vegetal mais usado no mundo, utilizado na fabricação de muitos produtos, incluindo biscoitos, margarina, detergentes e chocolate. Os preços

do produto subiram mais de 50% este ano.

O ministro do Comércio da Indonésia, Muhammad Luftri, disse que as restrições às exportações visam garantir que os preços do óleo de cozinha permaneçam acessíveis aos consumidores.

O aumento dos preços ocorre em um momento em que a acessibilidade dos alimentos é um grande desafio, já que as economias buscam se recuperar da crise do coronavírus.

A tendência de preços também tem ajudado a alimentar um aumento mais amplo da inflação em todo o mundo.

A Rússia e a Ucrânia também são importantes fornecedores de óleos comestíveis, e contribuem com quase 30% das exportações globais de trigo.

Notícias Agrícolas



dores. A Associação Paulista de Supermercados (Apas) recebeu relatos de supermercadistas apontando que os preços da farinha já teriam aumentado 15% na última semana e que haveria indicações de novos reajustes dessa magnitude. No caso do óleo de soja, outro produto que é influenciado pelo trigo, o preço da indústria teria sido rearmado em cerca de 20% em uma semana.

“É um sinal de alerta”, afirma Rodrigo Marinheiro, executivo de relações institucionais da Apas. Ele diz que esse aumento de preços ainda não foi captado pelo indicador de inflação dos supermercados de fevereiro, mas deve aparecer neste mês, inclusive com reflexos nas cadeias de derivados, como massas, bis-

coitos e outros óleos, como de milho e girassol.

O temor do executivo da Apas é de que se repita com o trigo o que aconteceu recentemente com arroz, quando os produtores nacionais exportaram o grão, o que turbinou os preços no mercado interno.

Nas últimas semanas, informações de mercado indicavam que os moinhos brasileiros estavam abastecidos. Portanto, essa nova tabela de preços da farinha apresentada aos supermercados pelos moinhos já estaria levando em conta o custo de reposição do grão que está mais alto. Segundo Elcio Bento, analista de trigo da consultoria Safras & Mercado, os moinhos estão voltando às compras e agora enfrentam dificuldade para fechar negócios. Estadão

Publicidade Legal

Tocantins Energias Renováveis Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 44.942.847/0001-60 – NIRE 35.238.440-230

Instrumento Particular da 1ª Alteração do Contrato Social

LC Energia Renovável Holding S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.251.487/0001-34, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.534-077, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre D, 23º andar, Sala 13, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, neste ato representada pelos seus administradores, os Srs. Nilton Bertuchi, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.292.880-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.514.838-47 e Roberto Bocchino Ferrari, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, RG nº 12.732.824-5 SSP/SP, CPF/MF nº 177.831.188-10, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, CEP 04543-011, único sócio da Sociedade empresária limitada denominada "Tocantins Energias Renováveis Ltda.", com sede cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, Sala 40 Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.942.847/0001-60, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.238.440-230 (a "Sociedade"); **Resolvem** alterar o Contrato Social da Sociedade, conforme as seguintes cláusulas e condições: 1. O sócio deliberará sobre (a) transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, nos termos do que preveem os artigos 1.113 a 1.115 da lei 10.406/2002 e Artigo 222 da Lei nº 6.404/76; (b) a alteração da denominação da Sociedade para **Tocantins Energias Renováveis S.A.**; (c) a eleição dos membros da diretoria da Sociedade; (d) a fixação do valor anual e global da remuneração dos administradores da Sociedade; e (f) a aprovação do projeto de Estatuto Social da Sociedade, anexo a esta ata. 2. Em relação as deliberações do item 1 acima, os Sócios aprovaram, por unanimidade: 2.1. Transformar a sociedade empresária limitada denominada **Tocantins Energias Renováveis Ltda.** em sociedade por ações, alterando-se, consequentemente, sua denominação social para **Tocantins Energias Renováveis S.A.** 2.2. A transformação do tipo societário será processada independentemente de dissolução e sem solução de continuidade das atividades. Assim, a **Tocantins Energias Renováveis S.A.** na qualidade de uma sociedade por ações permanece com o mesmo objeto social, endereço, sede social, e continuará a operar com o mesmo ativo, mantendo a mesma forma de escrituração contábil de suas operações, atendidas as exigências legais de natureza fiscal e contábil, não sofrendo qualquer interrupção ou solução de continuidade em seus negócios, bens, direitos, obrigações e atividades, sendo garantidos todos os direitos de credores, situação com a qual os acionistas, em sua totalidade e por unanimidade, reconhecem e aprovam sem restrições, nos termos do que preveem os artigos 1.113 a 1.115 da Lei nº 10.406/2002 e art. 222 da Lei nº 6.404/76. 2.3. O capital social permanece inalterado, e continuou sendo de R\$ 1.000,00 (mil reais), mas passou a ser representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo-se entre os sócios a distribuição e proporcionalidade atuais. 2.4. Foram eleitos como membros efetivos para compor a Diretoria da Companhia, por um mandato unificado de 3 (três) anos, a contar desta data, facultada a reeleição: (i) **Nilton Bertuchi**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 23.292.880-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 195.514.838-47, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 23º andar, Torre D, CEP 04543-011 e (ii) **Marco Paulo Reis Tanure**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, RG nº M1314150 SSP/MG, CPF/MF nº 843.821.556-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 23º andar, Torre D, CEP 04543-011, todos eleitos para o cargo de Diretores sem designação específica da Companhia. Os Diretores ora nomeados, presentes, aceitaram os cargos para os quais foram eleitos e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeça de exercer as atividades empresariais ou a administração da Companhia. Os Diretores são empossados nos seus cargos neste ato, mediante a assinatura desta ata, sem prejuízo da assinatura do termo de posse no livro de atas de Assembleia Geral, e indicam o endereço constante de sua qualificação, como o endereço no qual receberão as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão. 2.5. Deliberar que para o presente exercício social, não haverá remuneração para a administração da Sociedade. 2.6. Após terem sido suspensos para a leitura e debates do projeto do Estatuto Social, a totalidade dos sócios decidiu aprovar, sem qualquer ressalva ou oposição, o projeto do Estatuto Social constante do anexo à presente ata, que passa a reger a Sociedade. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor. São Paulo, 02 de fevereiro de 2022. **Sócio: LC Energia Renovável Holding S.A.**, por Nilton Bertuchi e Roberto Bocchino Ferrari. Visto do Advogado: **Luiz Guilhermo Godoy Cardoso de Melo** – OAB/SP 315.365. **Anexo IV: Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social da Tocantins Energias Renováveis Ltda.** Realizada em 02 de fevereiro de 2022. **Estatuto Social da Tocantins Energias Renováveis S.A.** CNPJ/ME nº 44.942.847/0001-60 – NIRE em fase de obtenção. **Capítulo I – Da Denominação, Duração, Sede e Objeto Social: Artigo 1º:** A **Tocantins Energias Renováveis S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia") que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação vigente aplicável. **Artigo 2º:** A **Companhia** tem sua sede social localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre D, 23º andar, sala 40, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, podendo manter filiais, escritório e representações em qualquer

localidade do país ou do exterior, através de deliberação dos sócios. **Artigo 3º:** A **Companhia** tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais ou simples, como acionistas ou quotistas, inclusive como holding de instituições não financeiras. **Artigo 4º:** A **Companhia** possui duração por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5º:** O capital social da **Companhia**, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º:** A cada ação ordinária emitida pela **Companhia** caberá um voto nas deliberações de acionistas. **Artigo 7º:** Todas as ações de emissão da **Companhia** serão escrituradas nos livros próprios da **Companhia**, em nome de seus titulares. **Artigo 8º:** As ações são indivisíveis perante a **Companhia**. **Capítulo III – Assembleia Geral: Artigo 9º:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da **Companhia** e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, ou nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral somente poderá deliberar assuntos da ordem do dia constantes do edital de convocação. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou nos termos da lei, e será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes. **Parágrafo Terceiro:** A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, contados da data de publicação do primeiro edital e, em segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. **Parágrafo Quarto:** A convocação dos acionistas estará dispensada das formalidades previstas neste Artigo se todos os acionistas estiverem presentes na Assembleia Geral. **Artigo 10:** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da **Companhia** ou advogado. **Artigo 11:** Salvo nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por votos de acionistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações com direito a voto, não se computando os votos em branco, e observadas, quando for o caso, as disposições do acordo de acionistas arquivado na sede da **Companhia**. **Artigo 12:** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à **Companhia** e tomar as deliberações que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo de sua competência privativa, além das matérias previstas em lei, as seguintes matérias, respeitado o disposto no Artigo 13 abaixo: (a) reformar o Estatuto Social; (b) eleger e destituir membros da Diretoria, do Conselho Fiscal, se instalado e do Conselho de Administração, se criado; (c) tomar, anualmente, as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (d) suspender o exercício dos direitos dos acionistas; (e) deliberar sobre a avaliação de bens com que os acionistas concorrerem para a formação do capital social; (f) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da **Companhia**, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (g) deliberar sobre pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da **Companhia**; e (h) instruir o voto dos representantes da **Companhia** nas assembleias gerais ou reuniões de quotistas das sociedades nas quais a **Companhia** detenha ou venha a deter participação societária, bem como aprovar previamente quaisquer atos a serem realizados com a **Companhia** em relação às referidas sociedades, no que diz respeito às matérias análogas às previstas neste Artigo 12. **Capítulo IV – Administração: Artigo 13:** A **Companhia** será administrada por uma Diretoria de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e por este Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** Os membros da administração da **Companhia** serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador, ficando dispensada qualquer garantia de sua gestão. **Parágrafo Segundo:** Os administradores deverão permanecer em seus cargos até a efetiva posse de seus substitutos. **Parágrafo Terceiro:** Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, conforme o caso, as quais deverão ser assinadas pelos Diretores presentes à reunião. **Parágrafo Quarto:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à **Companhia**, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a qualquer tempo, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue a qualquer outro Diretor, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento de qualquer outro Diretor. **Parágrafo Quinto:** Ocorrendo vaga na Diretoria, a nomeação do novo Diretor será determinada pela Assembleia. **Artigo 15:** As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. **Artigo 16:** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 2º do Artigo 14 acima, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao respectivo Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 17:** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou

convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral. **Artigo 18:** No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos da **Companhia** atinentes ao seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral nos termos dos Artigos 12, incluindo discutir e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 19:** Compete ainda à Diretoria, observada a competência privativa da Assembleia Geral, nos termos previstos na lei ou neste Estatuto Social: (a) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral; (b) deliberar sobre abertura, o encerramento e a alteração de endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da **Companhia** em qualquer parte do País ou do exterior; (c) submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório de Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior; e (d) elaborar e propor, à Assembleia Geral o orçamento anual, os planos de negócios, operacionais e de investimento da **Companhia**, incluindo estratégias para implantação de tais negócios e aqueles relacionados ao ingresso em novos negócios. **Parágrafo Primeiro:** A **Companhia** considerará-se obrigada quando representada: (a) por quaisquer dois Diretores assinando em conjunto; (b) por qualquer Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo único; ou (c) por um procurador com poder especiais, devidamente constituído na forma do parágrafo segundo abaixo. **Parágrafo Segundo:** Não obstante o disposto neste Artigo 19, a **Companhia** considerará-se devidamente representada, ativa e passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais e municipais em geral, pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor. **Parágrafo Terceiro:** As procurações serão outorgadas em nome da **Companhia** pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais e administrativos conferidas a advogados, serão válidas por no máximo 01 (um) ano. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 20:** A **Companhia** terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral, que lhes fixará os honorários, de acordo com a lei. **Artigo 21:** O Conselho Fiscal instalar-se-á, nos termos da lei, nos exercícios sociais quando houver pedido neste sentido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, e exercerá as atribuições que a lei lhe confere. **Parágrafo Único:** O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral que solicitar sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras: Artigo 22:** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas, observada a legislação pertinente, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo a serem apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Artigo 23:** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição do Fundo de Reserva Legal, até que o mesmo atinja 20% (vinte por cento) do capital social. **Parágrafo Primeiro:** Do saldo restante dos lucros, efetuada a dedução de que trata o artigo anterior, será distribuído um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** O saldo remanescente do lucro líquido terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral. **Artigo 24:** A **Companhia** poderá declarar e distribuir, por deliberação da Diretoria, dividendos (i) intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou (ii) intercalares, à conta de lucros apurados em balanços especiais, com periodicidade trimestral ou inferior, conforme permitido em lei. **Parágrafo Primeiro:** A **Companhia** poderá pagar juros sobre capital próprio, na forma e nos limites da legislação aplicável. **Parágrafo Segundo:** Os dividendos intermediários e/ou intercalares e os juros sobre capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Artigo 25:** Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da **Companhia**. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação: Artigo 26:** A **Companhia** será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e tomar as demais deliberações previstas em lei. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Artigo 27:** As partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir qualquer disputa, controvérsia ou reivindicação que surja em virtude da aplicação, validade, interpretação e violação das disposições contidas na Lei nº 6404/76 e neste Estatuto Social. **Artigo 28:** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações, pelas demais disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. **Artigo 29:** A Diretoria deverá sempre se certificar de que os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da **Companhia** fiquem à disposição dos acionistas ou sejam prontamente disponibilizados quando solicitados. **Artigo 30:** A **Companhia** obriga-se, no caso de abertura de capital, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, devendo a Diretoria tomar as medidas necessárias para formalizar tal adesão. **Visto do Advogado:** Luiz Guilhermo Godoy Cardoso de Melo – OAB/SP 315.365. Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certifico o registro sob o nº 122.142/22-6 e NIRE 35.300.587.979 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 21 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, conjunto 92, Água Branca, CEP 05001-903, a fim de deliberarem sobre: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, em razão do falecimento do Sr. Presidente; b) Reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; c) Alteração do endereço da sede social e da filial 58.317.751/0001-11 da Companhia; d) Inclusão da atividade de Operador de Transporte Multimodal (OTM) – CNAE: 5250-8/05 – no objeto social da Companhia; e) Eleição da Sra. Jacqueline Lorena Ribeiro ao cargo de Diretora Financeira da Companhia; f) Reeleição dos demais diretores da Companhia por mais um ano; g) Apresentação da composição da Diretoria da Companhia atual; h) Ratificação de atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; i) outros assuntos de interesse da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas deverão apresentar à Companhia, antes ou na data de realização da Assembleia Geral Extraordinária, conforme o caso: (i) documento de identidade e, conforme o caso, atos societários pertinentes que comprovem a representação legal; e (ii) instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, acompanhado do documento de identidade do procurador e, conforme o caso, atos societários pertinentes. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no departamento financeiro da Companhia, no endereço da sede, cópias de todos os documentos específicos a serem apreciados na Assembleia e referidos nesta convocação. São Paulo, 10 de março de 2022. **Alceu Rodrigues Vasone** – Vice-Presidente do Conselho de Administração. (10, 11 e 12/03/2022)

Juros: Taxas caem com tombo do petróleo e redução da aversão ao risco



Os juros futuros fecharam em baixa, em meio às expectativas de um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia e o tombo dos preços do petróleo. Após subirem por sete sessões, ou desde o início da guerra no leste europeu, as taxas longas finalmente devolveram prêmios. Internamente, favoreceu o alívio nas taxas a percepção de que as soluções que o governo deve adotar para reduzir os preços dos combustíveis não virão de radicalismos fiscais. Os ajustes nas apostas para o Copom de curto prazo, iniciados ontem, tiveram sequência, com a expectativa de aumento de 1 ponto percentual em março ganhando mais terreno, movimento autorizado

pela queda da produção industrial em janeiro, perto do piso das previsões.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou em 12,905% (regular) e 12,915% (estendida), de 13,057% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2024 caiu de 12,825% para 12,595% (regular) e 12,67% (estendida). O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 12,12% (regular) e 12,19% (estendida), de 12,282%, e o DI para janeiro de 2027, a 12,035% (regular) e 12,11% (estendida), de 12,261%.

O alívio nos prêmios de risco começou terça no fim da sessão, com fatores internos e externos, e ontem se consolidou.

IstoÉDinheiro

Kallas Incorporações e Construções S.A.

CNPJ/MF nº 09.146.451/0001-06

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.501	79.537	193.667	122.250
Clientes de incorporação	5	–	–	179.042	127.244
Prestação de serviços a receber	5	1.069	651	8.187	3.665
Adiantamentos a terceiros	7	16.200	8.659	21.040	17.411
Imóveis a comercializar	6	–	–	502.500	548.227
Depósitos judiciais	13.1	1.560	259	5.193	1.681
Total do Ativo Circulante		43.330	89.106	909.629	820.478
Não Circulante					
Realizável a longo prazo -					
Clientes de incorporação	5	–	–	78.018	104.108
Imóveis a comercializar	6	–	–	307.881	132.238
Impostos a recuperar	11.1	6.524	17.488	7.853	17.682
Depósitos judiciais	13.1	10.504	10.564	10.504	10.564
Partes relacionadas	12	48.877	107.100	30.902	18.053
Outros		234	9.236	5.620	9.949
		66.139	144.388	440.778	292.594
Investimentos	8	844.272	596.864	99.620	80.151
Imobilizado		5.440	858	9.534	1.298
Intangível		6.850	2.799	6.994	2.014
Total do Ativo Não Circulante		922.701	744.909	556.926	376.057
Total do Ativo		966.031	834.015	1.466.555	1.196.535
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante					
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Fornecedores		4.142	662	25.061	11.425
Obrigações trabalhistas	10	4.034	2.207	5.390	3.330
Obrigações tributárias	11.2	185	148	3.971	4.168
Impostos diferidos	11.3	–	–	6.514	5.255
Adiantamentos de clientes	14	16	13	41.614	18.871
Distratos a pagar		–	–	5.891	5.324
Empréstimos e financiamentos	9	9.730	10.825	31.976	78.670
Debêntures	9	4.221	–	4.221	–
Obrigações por aquisição de imóveis	14	–	–	22.046	35.895
Partes relacionadas	12	27.274	101.393	15.062	29.253
Provisão para perdas em controladas	8	921	982	1.534	798
Total do Passivo Circulante		50.523	116.230	163.280	192.989
Não Circulante					
Impostos diferidos	11.3	–	–	2.838	4.300
Obrigações por aquisição de imóveis - Permuta	14	–	–	161.415	114.958
Obrigações por aquisição de imóveis	14	8.758	10.036	19.964	40.784
Empréstimos e financiamentos	9	10.802	29.189	113.356	82.384
Debêntures	9	147.881	–	147.881	–
Dividendos a pagar	15	3.220	15.397	3.220	15.943
Provisões para riscos	13	28.590	18.816	33.986	22.786
Outros		9.316	717	22.515	10.553
Total do Passivo Não Circulante		208.567	74.155	505.175	291.708
Patrimônio Líquido					
Capital social	15	631.783	553.783	631.783	553.783
Gastos com emissão de ações	15	(3.017)	(3.017)	(3.017)	(3.017)
Reservas de lucros	15	78.175	92.864	78.175	92.864
Total do Patrimônio Líquido		706.941	643.630	706.941	643.630
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		966.031	834.015	1.466.555	1.196.535
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

Demonstrações do Resultado para o Exercício Ffindos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Receita líquida de vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	16	21.921	6.365	488.959	384.273
Lucro bruto		10.295	3.501	209.389	156.910
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	17.1	(44.955)	(23.634)	(72.114)	(41.948)
Despesas comerciais	17.2	(792)	(2.860)	(56.348)	(40.834)
Despesas de depreciação		(595)	(260)	(998)	(321)
Resultado de equivalência patrimonial	8	137.363	91.613	29.383	6.721
Outras receitas (despesas), líquidas	17.3	(28.963)	(4.577)	(30.037)	(10.900)
Lucro Antes do Resultado Financeiro		72.353	63.783	79.275	69.628
Resultado Financeiro Líquido	18	(6.426)	1.047	11.260	5.852
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		65.927	64.830	90.535	75.480
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	–	–	(13.199)	(8.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	–	111	(1.010)
Lucro líquido do exercício		65.927	64.830	77.447	66.305
Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		–	–	65.927	64.830
Acionistas não Controladores		–	–	11.520	1.475
Lucro por Ação – Básico e Diluído – Em Reais	15	775	943	775	943
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

Demonstrações do Resultado Abrangente para o Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício		65.927	64.830	77.447	66.305
Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		–	–	65.927	64.830
Acionistas não Controladores		–	–	11.520	1.475
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

Demonstrações do Valor Adicionado para o Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Incorporação, venda de imóveis e serviços	23.994	7.037	491.376	425.064	
Constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos		–	–	9.274	(31.818)
Total	23.994	7.037	500.650	393.246	
Insunsumos Adquiridos de Terceiros					
Custos operacionais – incorporação e venda de imóveis	(11.626)	(2.864)	(279.570)	(227.363)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.828)	(15.934)	(112.904)	(62.744)	
	(50.454)	(18.798)	(392.474)	(290.107)	
Total	(108.502)	(20.831)	(871.944)	(717.171)	
Valor Adicionado Bruto (Consumido) Retenções					
Depreciação e amortização	(595)	(260)	(998)	(321)	
Valor Adicionado Líquido Produzido (Consumido) Pela Companhia	(27.055)	(12.021)	107.178	102.818	
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	137.363	91.613	29.383	6.721	
Ganho/Perda com Participação Societária	(4.435)	3.321	(2.589)	(123)	
Receitas financeiras	2.629	1.172	28.578	12.394	
Total	135.557	96.106	55.372	18.992	
Valor Adicionado Total a Distribuir	108.502	84.085	162.550	121.810	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal e encargos:					
Remuneração direta	(12.647)	(11.811)	(17.538)	(16.198)	
Benefícios	(4.336)	(1.606)	(5.476)	(2.251)	
Encargos	(4.398)	(3.153)	(5.962)	(4.376)	
	(21.381)	(16.570)	(28.976)	(22.825)	
Impostos, taxas e contribuições:					
Taxas	(8.049)	(618)	(8.427)	(3.218)	
Federais e municipais	(2.073)	(672)	(26.933)	(18.148)	
	(10.122)	(1.290)	(35.360)	(21.366)	
Remuneração de capitais de terceiros:					
Aluguéis e condomínios	(2.017)	(1.270)	(3.449)	(4.772)	
Despesas financeiras	(9.055)	(125)	(17.318)	(6.542)	
	(11.072)	(1.395)	(20.767)	(11.314)	
Remuneração de Capital Próprio	65.927	64.830	77.447	66.305	
Lucros retidos	65.927	64.830	65.927	64.830	
Lucros atribuíveis aos acionistas não controladores	–	–	11.520	1.475	
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercícios Ffindos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		65.927	64.830	77.447	66.305
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com os recursos gerados pelas (aplicadas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		595	260	998	321
Impostos correntes e diferidos		–	–	13.088	10.215
Baixa do ativo imobilizado		–	225	–	228
Resultado da equivalência patrimonial		(137.363)	(91.613)	(29.383)	(6.721)
Outros resultados com investimentos		4.974	(3.321)	7.724	123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distrato		–	–	(8.758)	30.482
Ajuste a valor presente		–	–	(516)	1.336
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		16.350	5.928	19.359	6.296
Encargos financeiros capitalizados		–	–	855	–
Juros e amortização de custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		8.849	14	11.428	2.111
Total		(40.668)	(23.677)	92.242	110.696
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes de incorporação/de obra/de serviços		(418)	77	(20.956)	(109.392)
Imóveis a comercializar		–	–	(92.144)	(23.185)
Impostos a recuperar		10.964	2.026	9.829	2.374
Depósitos judiciais		(1.241)	242	(3.452)	456
Dividendos recebidos		21.767	16.240	5.833	11.922
Outros ativos		9.002	(528)	4.234	4.335
Adiantamentos a terceiros		(7.541)	(16.584)	(3.629)	(19.012)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		3.480	34	13.636	5.390
Obrigações tributárias		37	99	(210)	(3.933)
Obrigações trabalhistas		1.827	1.970	2.060	2.784
Adiantamento de clientes		3	(3)	22.743	7.938
Distratos a pagar		–	–	567	3.250
Outros passivos		2.023	(193)	3.806	3.133
Credores por venda de imóveis		(1.278)	–	(22.396)	22.187
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(2.043)	(20.297)	12.163	18.943
Juros pagos		(2.953)	–	(6.513)	(7.552)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		–	–	(13.186)	(1.040)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.996)	(20.297)	(7.536)	10.351
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Recebimento por venda de participação em investimentos		–	–	14.555	–
(Aumento) redução de capital em controladas/coligadas		–	–	(2.907)	–
Partes relacionadas		(152.743)	12.630	(27.040)	–
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(9.228)	(3.315)	(14.214)	(3.315)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(161.971)	23.870	(44.161)	11.240
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital		78.000	32.940	96.285	32.940
Dividendos pagos		(92.793)	–	(100.193)	–
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas de custos de captação		146.206	40.000	267.600	123.686
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos		(19.482)	–	(140.578)	(76.303)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		111.931	72.940	123.114	80.323
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(55.036)	76.513	71.417	101.914
Caixa e equivalentes no início do exercício		79.537	3.024	122.250	20.336
Caixa e equivalentes no fim do exercício		24.501	79.537	193.667	122.250
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(55.036)	76.513	71.417	101.914
<i>As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>					

... continuação

é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque, na rubrica "Imóveis a comercializar". As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão - "POC" de cada Empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado de cada Empreendimento em construção. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou não circulante, na rubrica "contas a receber de clientes por incorporação". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que são superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "adiantamentos de clientes" quando aplicável. A receita de venda é apresentada ao seu valor justo, em função de ajustes a valor presente efetuado sobre as contas a receber de Empreendimentos em construção. A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, em bases "pro rata temporis". Quando aplicável, os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e são apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção. As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas. c) **Estande de vendas** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas, apartamentos-modelo e respectivas mobílias passam a incorporar o ativo imobilizado da Companhia. Tais ativos passam a ser depreciados após o lançamento e a efetivação do Empreendimento, sendo a despesa registrada ao resultado na rubrica "Despesas comerciais", pela vida útil estimada, exceto quando a Companhia avalia que a duração do estande é inferior a 12 meses, nestes casos a contabilização é realizada diretamente ao resultado. **2.5.4. Imóveis a comercializar:** A Companhia adquire terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são registrados ao valor realizável das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na nota explicativa nº 2.5.3. Adicionalmente, a Companhia reconhece o ativo de terreno e respectiva obrigação originada na transação de permuta no momento em que as cláusulas resolutivas dos contratos de compromisso de permutas são atendidas e o contrato torna-se irrevogável e irratável, ou seja, no momento em que entende ter assumido os riscos e benefícios do ativo permutado. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos Empreendimentos, conforme critérios descritos na nota explicativa nº 2.5.3 acima. Os imóveis prontos a comercializar e os em construção, são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor realizável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado, deduzidos os custos para finalizar o Empreendimento (se aplicável), as despesas de vendas e os tributos. A classificação de terrenos entre o ativo circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de viabilidade e prazo do lançamento dos Empreendimentos Imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos Empreendimentos Imobiliários. **2.5.5. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos. **2.5.6. Informações por segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Administração da Companhia, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas. A Administração da Companhia analisa os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas. Devido ao compartilhamento das estruturas e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia e suas controladas, as mesmas não são gerenciadas como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. A Kallas Arkhes - seleciona as melhores localizações e desenvolve projetos funcionais. Assim, busca promover uma relação harmoniosa entre nossos clientes, seus lares e a região onde nossos Empreendimentos estão localizados do alto padrão ao econômico, pensamos de acordo com a diversidade dos sonhos e das necessidades. A Kazzas - nossa construtora e incorporadora com foco em Empreendimentos de padrão econômico, Empreendimentos residenciais com preços acessíveis, sem abrir mão da qualidade. Com foco totalmente voltado ao segmento econômico, oferecemos projetos que possibilitem o acesso à realização do sonho da casa própria. Para facilitar esse importante passo, somos parceiros da "Casa Verde e Amarela", programa que oferece taxas reduzidas através de financiamento imobiliário. A Kallas Urbanismo - K'urb, Empresa especializada em loteamentos, tem o propósito de proporcionar a verdadeira sensação de viver bem. Aliando qualidade urbanística à já conhecida excelência construtiva do Grupo Kallas, ela tem o propósito de transformar a paisagem das regiões onde os Empreendimentos serão construídos. **2.5.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.5.8. Contas a receber de clientes:** Contas a receber, provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para distrato - os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) apresentados como contas a receber são provenientes das vendas de unidades dos Empreendimentos Imobiliários, sendo o valor do saldo devedor dos contratos atualizado monetariamente em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste e descontado a valor presente. A provisão de perda para crédito estimada e provisão de distratos, quando necessárias, são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Para os créditos decorrentes de contratos de venda de unidades em construção são aplicados os procedimentos descritos na nota explicativa nº 2.5.3. Os montantes referentes à atualização monetária dos valores a receber são registrados ao resultado do exercício, na rubrica "Receita de venda de imóveis", até a entrega das chaves, e como "Receitas financeiras" (juros ativos), após a entrega das chaves. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando a taxa média de captação menos a inflação como taxa de desconto. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber. **2.5.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.5.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os Empréstimos, financiamentos e debêntures, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido até a data da informação apresentada. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os Empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de juros efetivos. Os Empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de Empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de Empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **2.5.11. Provisões para riscos:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados ao resultado. (i) **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **2.5.12. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos - classificação e mensuração:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Essa classificação

Kallas Incorporações e Construções S.A.

tem como base as características dos fluxos de caixa contratuais e o modelo de negócios para gerir o ativo ou pode ser designado no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado de forma irrevogável. • A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado pois a Administração tem a expectativa de que os fluxos de caixa contratuais serão mantidos até o final, sendo que seu objetivo é tão somente o recebimento do principal e juros em datas específicas. Para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros. (b) **"Impairment" de ativos financeiros:** A Companhia avalia, quando necessário, o reconhecimento de perdas por "impairment", para todos os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, sendo reconhecida no resultado do exercício quando identificado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. (c) **Passivos financeiros não derivativos - classificação e mensuração:** A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado e mensurado inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: **Custo amortizado:** Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos e os ganhos e perdas são reconhecidos ao resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (i) **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de "hedge":** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possuía transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.5.13. Investimentos em participações societárias registrados na controladora:** Os investimentos em participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "Provisão para perdas em controladas", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. **2.5.14. Investimentos em participações societárias registrados no consolidado:** Os investimentos em participações societárias sobre os quais a Companhia detém o controle compartilhado com terceiros são reconhecidos e mensurados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto. De acordo com o CPC 19 (R2) controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente conveniado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os Empreendimentos controlados em conjunto são demonstrados na nota explicativa nº 8. **2.5.15. Transações societárias entre entidades sob controle comum:** As transações entre entidades sob controle comum são contabilizadas pelo método de custo, ou seja, não são apurados os valores justos dos ativos e passivos adquiridos/recebidos e, consequentemente, não são reconhecidos ágio/deságio, ganhos e perdas. Essas transações estão divulgadas na nota explicativa nº 8. **2.5.16. Credores por aquisição de imóveis:** As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido, líquido do ajuste a valor presente. As operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são registradas ao estoque em contrapartida à rubrica "Credores por aquisição de imóveis". O registro da operação é efetuado somente quando os riscos e benefícios sobre o terreno fluem integralmente para Companhia e os valores são demonstrados ao seu valor justo de realização. O reconhecimento da receita ao resultado é realizado na rubrica "Receita com venda de unidades imobiliárias" pelos mesmos critérios da nota explicativa nº 2.5.3. As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são reconhecidas inicialmente ao valor justo das unidades a serem entregues. **2.5.17. Tributação: (i) Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Companhia apura o imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) com base lucro presumido ou patrimônio de afetação com RET ("Regime Especial de Tributação"), conforme detalhado a seguir: • Lucro presumido - Nesta sistemática, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas (100% das receitas financeiras), respectivamente. Sobre o resultado presumido são aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL). • Regime Especial de Tributação (RET) - Adotado para certos Empreendimentos conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET para determinados Empreendimentos, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses Empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS), é calculado a alíquota global total de 4% sobre as receitas brutas recebidas, conforme limite estabelecido em lei. A alíquota total para o IRPJ e CSLL é de 1,92% e a alíquota total para PIS e COFINS é 2,08% sobre as receitas brutas para o RET. • O recolhimento dos impostos ocorre com base no regime de caixa, ou seja, quando há efetivamente entrada de caixa decorrente do saldo de clientes, conforme facultado pela legislação aplicável. (ii) **Impostos diferidos: O imposto diferido é reconhecido com relação:** • As diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos registrados para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação; e • Os prejuízos fiscais, cujo reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de um ativo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.5.18. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.5.19. Resultado básico e diluído por ações:** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no exercício ou nos eventos subsequentes na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. **2.5.20. Impostos sobre vendas:** Para as Empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta, sem descontos de créditos em relação a custos e despesas incorridas. Para as Empresas optantes pelo RET a alíquota conjugada de PIS e COFINS é de 2,08%. **2.5.21. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração e se estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo obrigatório e é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Conforme artigo nº 22 do Estatuto Social, em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado da seguinte forma: (a) O lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores. (i) A importância destinada a constituição de reserva legal; e (ii) A importância destinada à formação de reserva de contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores. **Novas Normas, Alterações E Interpretações De Normas**

Emittidas: As normas revisadas apresentadas a seguir passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 e, portanto, foram adotadas nas elaborações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao CPC 06(R2)/IFRS 16	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento (atualização da data a ser considerada como expediente prático para pagamentos devidos até 30 de junho de 2022)
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência

Na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emittidas, mas ainda não tem sua adoção obrigatória no fechamento de 31 de dezembro de 2021, apresentadas a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição	Período (*)
IFRS 17 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2))	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura	01/01/2022
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023

(*) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após as datas listadas. Não é esperado pela Administração que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas da Companhia, em períodos futuros a partir de 01 de janeiro de 2022.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	2	2	2	2
Bancos e contas movimento	768	1.579	27.238	25.202
Aplicações financeiras (i)	23.731	77.956	166.427	97.046
	24.501	79.537	193.667	122.250

(i) As aplicações financeiras são representadas por renda fixa de baixo risco, com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021, as taxas de remuneração destes ativos financeiros estão entre 48% a 134% (80% a 100% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A Companhia espera utilizar tais recursos na gestão de curto prazo. Todas as aplicações financeiras estão mensuradas com base no custo amortizado com os seus efeitos reconhecidos ao resultado.

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Clientes por incorporação de imóveis - obras concluídas	141.216	141.918
Clientes por incorporação de imóveis - obras em construção	145.708	128.572
Serviços a Receber	8.187	3.665
(-) Provisão para distratos	(27.560)	(36.133)
(-) Provisão para risco de crédito	(639)	(824)
(-) Ajuste a valor presente	(1.665)	(2.181)
	265.247	235.017
Circulante	187.229	130.909
Não circulante	78.018	104.108

O saldo de contas a receber de venda de imóveis em construção das parcelas em aberto são atualizadas a base do Índice Nacional de Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves. Após a entrega das chaves, os recebíveis rendem juros de 12% ao ano mais correção monetária pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) das unidades concluídas. O ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos de contas a receber de unidades não concluídas, considerando o prazo estimado até a entrega das chaves, utilizando a taxa média de captação dos empréstimos praticada pela Companhia menos a inflação da projeção anual do Sistema Financeiro Nacional. A taxa de desconto média para ajuste a valor presente praticada pela Companhia foi de 1,63% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (2,67% a.a. em 2020). O saldo de contas a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas está limitado à parcela de receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas, conforme demonstrados na Nota Explicativa nº 20 - Empreendimentos em construção. O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021, possui montante de R\$ 162 referente ao Empreendimento Kallas Sky House, no qual o cliente possui parentesco com os sócios do Grupo Kallas. O montante em aberto será quitado em 3 parcelas mensais, consecutivas, sendo a parcela final até 31 de março de 2022.

A composição das parcelas vencidas e a vencer em 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
A Vencer	277.309	183.239
Vencidos:		
Até 30 Dias	4.238	48.608
Entre 31 e 60 Dias	1.262	14.463
Entre 61 e 90 Dias	511	5.535
Entre 91 e 120 Dias	865	3.440
Entre 121 e 180 Dias	472	5.819
Acima de 180 Dias (a)	10.454	13.051
	295.111	274.155

(a) Do montante acima de 180 dias temos valores em processo de repasse junto as instituições financeiras. Esses processos devido ao Covid 19 - Pandemia, tem levado mais tempo, devido à dificuldade na aprovação dos créditos, reflexo na análise por conta da Economia, levantamento de toda documentação e processos burocráticos junto aos Bancos Parceiros e Cartórios, impactando a agilidade no repasse dos clientes. A composição das parcelas a vencer em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é demonstrada a seguir:

Ano	Consolidado	
	2021	2020
2021		113.347
2022	199.290	52.293
A partir de 2023	78.019	17.599
	277.309	183.239

A movimentação da provisão para distratos está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial dos distratos	(36.133)	(16.108)
(-) provisão para distratos	(33.454)	(46.857)
(+) baixa de distratos	42.027	26.833
	(27.560)	(36.133)

Refere-se a provisão para distrato de acordo com o Ofício da CVM 02/2018, que considera uma estimativa de perda ao reconhecimento da receita para os empreendimentos em fase de construção.

	Consolidado	
	2021	2020
Estoque financeiro	6.886	7.741
Imóveis concluídos	132.854	123.184
Imóveis em construção	225.149	146.568
Terrenos para futuros lançamentos	445.492	402.972
Total estoque	810.381	680.465
Circulante	502.500	548.227
Não circulante	307.881	132.238

A Companhia possui compromissos de construção de unidades permutadas, relativas à aquisição dos terrenos, contabilizados com base no valor justo das unidades permutadas na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indícios de

continua...

... continuação

perda desses estoques, uma vez que os imóveis são destinados à incorporação imobiliária. A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos Empreendimentos Imobiliários, revisada periodicamente pela Administração. O saldo dos encargos financeiros capitalizados no consolidado, representam em 31 de dezembro de 2021 R\$ 4.443 e R\$ 14.739 (31 de dezembro de 2020) referente a encargos do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, conforme nota explicativa nº 9. Em seu processo de incorporação imobiliária a Companhia identifica, avalia e adquire terrenos por meio de instrumentos particulares de promessas de compra e venda ou permuta, com condições resolutiveiras, que, após o cumprimento ou dispensa de tais condições, tornam-se irrevogáveis e irretiráveis.

8. Investimentos

	Controladora							
	Participação direta		Investimento/ Provisão para perdas		Equivalência			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas								
Kallas Nova Higienópolis Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	669	(44)	713	(67)		
Kallas Nova Mooca Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	85	125	(39)	(548)		
Kallas Moema Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(115)	(68)	(47)	(132)		
Kallas Brooklin Empreend. Imob. Ltda.	0,00%	100,00%	-	58	-	334		
Kallas Campinas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	2.381	825	1.555	(1.458)		
Kallas Cuiabá Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	535	(258)	793	(377)		
Union Mooca Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	2.061	5.635	1.578	646		
Perfil Santana Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	263	2.112	(49)	417		
Vista Bela Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(357)	(136)	(222)	(327)		
Kallas Liberdade Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	97	2.816	942	427		
Life Park Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.273	21.890	960	8.937		
Kallas Tebas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	(102)	(83)	(19)	(19)		
Premio Vila Nova Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	11	4.268	(557)	423		
Kallas Ouro Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	298	1.161	137	485		
Bosque do Jaraguá Empreend. Imob. Ltda.	0,00%	100,00%	-	1.103	-	57		
Kallas Malaquita Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	249	264	(16)	(7)		
Kallas Onix Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	3.494	4.407	1.887	1.101		
Marine Home & Sea Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	14.888	12.285	1.500	(1.024)		
Arcansas Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	133	135	(2)	64		
Offices Boutique Klabin Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	13.343	13.705	144	(1.726)		
High Park Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	9.621	22.472	149	5.297		
Tom Parque São Domingos Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	183	7.444	(247)	28		
Times Klabin Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	884	5.916	699	(157)		
Sacramento Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	12.447	27.775	7.571	2.825		
Kallas Arkhes Incorporações e Constr. Ltda.	100,00%	100,00%	430.568	301.835	68.671	55.780		
Kallas Gestão de Investimentos	0,00%	100,00%	-	(2)	-	-		
Kallas Vila das Mercês Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.330	1.041	289	(538)		
Kallas Sky House Empreend. Imobiliários Ltda.	99,32%	99,32%	205	472	(266)	471		
Alphabetun Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	1.117	2.049	(931)	(60)		
Oakland Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	100,00%	818	1.450	(632)	(299)		
Kazzas Incorporações S.A.	90,14%	82,12%	265.332	81.143	36.391	4.471		
Hemisfério Sul Empreend. (b)	50,00%	50,00%	23.577	23.583	(5)	(33)		
KV Intermediação de Vendas	90,00%	100,00%	4.500	1.990	2.709	1.980		
Total de Controladas			789.788	547.368	123.656	76.971		

	Consolidado							
	Participação direta		Investimento/ Provisão para perdas		Equivalência			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Coligadas e controladas em conjunto								
Manoel da Nóbrega Empreend. Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	79	489	90	(306)	79	489
Brás Leme Empreend. Imob. Ltda.	33,33%	33,33%	4.610	4.522	87	65	4.610	4.522
Sacla Empreend. Imob. Ltda.	33,33%	33,33%	-	-	-	-	8.575	4.368
PKA Osasco Empreend. Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	1.002	3.427	224	(395)	1.002	3.427
Brezza Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	4.676	2.498
Bétula Empreend. S.A.	30,00%	30,00%	2.541	2.542	(1)	(150)	2.541	2.542
Brassica Empreend. S.A.	30,00%	30,00%	(254)	(350)	4	(130)	(254)	(350)
CCDI 03 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	2.472	2.451	1.300	1.347	2.472	2.451
Hesa 85 – Invest Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	1.271	1.168	(2)	-	1.271	1.168
HESA 146 Invest Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	2.450	2.398	1.708	389	2.450	2.398
HESA 191 Invest Imob. Ltda.	10,00%	0,00%	492	-	-	-	492	-
Kallas Vila Madalena Empreend. Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	(93)	101	(90)	2	(93)	101
Palmeiras – Investimentos Imobiliários Ltda.	10,00%	10,00%	332	314	(38)	96	332	314
Quadra 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	8	(36)	(16)	(44)	8	(36)
Quadra 43-B Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	30,00%	30,00%	18	(5)	(1)	(6)	18	(5)
ST Vila Mariana/Villagio 24	50,00%	50,00%	18.810	15.447	5.642	2.538	18.810	15.447
ST Pinheiros/Villagio 26	50,00%	50,00%	19.600	8.263	4.798	3.771	19.600	8.263
ST Campo Belo/Villagio Spe 4	30,00%	30,00%	173	7.783	(194)	1.876	173	7.783
Kallas Dias Leme Empreend. Imob. Ltda.	30,00%	30,00%	-	-	-	-	6.213	5.007
Caviúna Empreend. Imob. Ltda.	100,00%	30,00%	-	-	-	-	-	4.698
SPE Vital Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.553	1.236
Pypys Reserva da Serra Empreend. Imob. Ltda.	10,00%	10,00%	-	-	-	-	624	3.865
Igarassu Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	(854)	522
ZS Sabará Empreend Imob. Ltda.	20,00%	20,00%	-	-	-	-	5.762	4.415
Soffio Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.543	1.310
Brixton Empreend. Imob. Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	3.486	(109)
Butantã BBJ Empreend. Imob. Ltda.	24,94%	24,94%	-	-	-	-	8.464	(297)
Embauba Empr Imob Ltda	50,00%	0,00%	-	-	-	-	(11)	-
Mulatti Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	-	-	-	-	815	930
SPE Rio Empreendimentos Imobiliários Ltda.	30,00%	30,00%	-	-	-	-	(58)	1.461
Investimento SCP Tacoma (Maubertec) (a)	-	-	-	-	-	-	(264)	935
Outros	-	-	52	-	21	5.589	51	-
Total de Coligadas e controladas em conjunto			53.563	48.514	13.707	14.642	98.086	79.353
Investimentos			844.272	596.864	99.620	80.151		
Provisão para perdas em controladas			(921)	(982)		(1.534)	(798)	
Total de Investimentos, líquidos de provisão para perdas em controladas			843.351	595.882	137.363	91.613	98.086	79.353

(a) A empresa Tacomã possui investimentos em SCPs cujo sócio ostensivo é Gerasolo Empreendimentos e Construções Ltda. (esses investimentos são referentes a loteamento/urbanismo aos quais já estão concluídos). (b) Em setembro de 2020, a Companhia, através de ato societário, passou a compor o quadro de acionistas da Hemisfério Sul Empreendimentos S.A. ("Hemisfério Sul"), detendo 50% de participação neste empreendimento, mas é responsável pela construção e principais atividades de retorno variável ao investimento. Em 31 de dezembro de 2020, a SPE encontra-se em fase de projeto tendo como único ativo o terreno adquirido para fins de futura incorporação. A Companhia participa do desenvolvimento de Empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas. A estrutura de administração desses Empreendimentos e a gestão de caixa são centralizadas. A gestão da obra e construção dos Empreendimentos são realizadas pela Companhia. Abaixo as transações ocorridas sob controle comum: Em 30 de abril de 2020, os Administradores da Cedro Participações Eirelli ("Cedro"), parte relacionada, deliberaram pela cisão da Empresa com versão de 66,67% do acervo líquido para a Companhia. Essa transação teve como base o laudo de avaliação patrimonial da Cedro, cuja data base foi de 29 de fevereiro de 2020, sendo emitido pela Empresa responsável em 16 de abril de 2020. A parcela do acervo líquido da Cedro absorvida pela Companhia compreendeu o montante de R\$33.508, representados por R\$48.715 de ativos que em sua totalidade são investimentos, ou seja, participação societária em outras Empresas e, R\$15.207 de passivos que são, substancialmente, saldos de transações com partes relacionadas. Em 30 de abril de 2020, os Administradores da Kallas Arkhes Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Antiga Arkhes") e Ther Silver Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Ther Silver"), partes relacionadas, deliberaram pela incorporação dessas Empresas pela Companhia. Essa transação teve como base o laudo de avaliação patrimonial da Antiga Arkhes e da Ther Silver, cuja data base foi de 29 de fevereiro de 2020, sendo emitidos pela Empresa responsável em 16 de abril de 2020. Os patrimônios líquidos da Antiga Arkhes e Ther Silver absorvidos pela Companhia compreendeu o montante de R\$72.165 e R\$44.358, respectivamente. Em 30 de junho de 2020, os Administradores da Companhia, que são os únicos sócios da Fort Collins Empreendimentos Imobiliários Ltda., deliberaram pela alteração da denominação social desta Empresa para Kallas Arkhes Incorporações e Construções Ltda. ("Kallas Arkhes"). Nesta mesma oportunidade, foi aprovado o aumento de capital da Nova Arkhes no montante de R\$274.653, cuja integralização foi feita mediante a conferência pela Companhia de sua participação societária nas Empresas relacionadas na nota explicativa nº 8.2.3. Em 30 de junho de 2020, os Administradores da Companhia, que são os únicos sócios da Alphabetun Empreendimentos Imobiliários Ltda., deliberaram pela alteração da denominação social desta empresa para Kallas Urbanizadora de Loteamentos Ltda. ("K'urb"). Nesta mesma oportunidade, foi aprovado o aumento de capital da K'urb no montante de R\$2.110, cuja integralização foi feita mediante a conferência pela Companhia de sua participação societária na Empresa Tacomã Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em 04 de novembro de 2021, os sócios Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações"), Emilio Rached Esper Kallas, Thiago Esper Kallas e Raphael Esper Kallas, aumentaram

Kallas Incorporações e Construções S.A.

7. Adiantamento à Terceiros – Consolidado – Abaixo resumo dos principais valores de adiantamento à terceiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	Consolidado Consolidado	
	2021	2020
Concreto Concretos	11.304	8.000
Gastos com projetos	5.199	4.153
Adiantamento para compra de terrenos (i)	3.401	3.974
Outros adiantamentos a fornecedores	1.136	1.284
Total	21.040	17.411

(i) Refere-se a adiantamento de compra de terrenos pagos, que estão em processos de revisão conforme cláusulas resolutiveiras do contrato.

o capital na empresa Kazzas Incorporações e Construções Ltda. ("Kazzas") no montante de R\$ 193.493 com origem de recursos de dividendos destinados de R\$ 38.333 e partes relacionadas no montante de R\$ 155.160. Em 26 de novembro de 2021, a empresa Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações") aumentou o capital na empresa Kallas Arkhes Incorporações e Construções Ltda. ("Kallas Arkhes") no montante de R\$ 135.873 com origem de recursos de dividendos destinados de R\$ 75.812 e partes relacionadas no montante de R\$ 60.061.

Em 04 de dezembro de 2021 a empresa Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Kallas Incorporações") incorporou a SPE Kallas Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda, no montante de R\$ 42.117,89 (em reais). A obra foi concluída a mais de 5 anos e não tinha mais saldo de contas a receber e estoque. **8.1.1. Controladas e controladas em conjunto diretas da Companhia:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui participação direta e indireta em controladas e controladas em conjunto, conforme demonstrado a seguir.

	Controladora									
	Participação direta		Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Resultado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas										
Kallas Nova Higienópolis Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	704	647	35	691	669	(44)	713	(67)
Kallas Nova Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	317	394	232	269	85	125	(39)	(548)
Kallas Moema Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	297	339	412	407	(115)	(68)	(47)	(132)
Sparta Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,67%	2.121	2.051	689	619	1.432	1.432	-	(1)
Kallas Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,00%	100,00%	-	81	-	23	-	58	-	334
Kallas Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	3.472	2.980	1.091	2.155	2.381	825	1.555	(1.458)
Kallas Cuiabá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	879	210	344	468	535	(258)	793	(377)
Union Mooca Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	2.413	5.932	352	297	2.061	5.635	1.578	646
Perfil Santana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	893	2.279	630	167	263	2.112	(49)	417
Vista Bela Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	89	76	446	212	(357)	(136)	(222)	(327)
Kallas Liberdade Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	111	3.480	14	664	97	2.816	942	427
Life Park Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	6.091	23.775	4.818	1.885	1.273	21.890	960	8.937
Kallas Tebas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	2	1	104	84	(102)	(83)	(19)	(19)
Premio Vila Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	1.364	4.684	1.353	416	11	4.268	(557)	423
Kallas Argos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	2.603	2.004	1.216	594	1.387	1.410	(23)	(518)
Kallas Diamante Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	26.567	1.909	12.116	480	14.451	1.429	(3)	(4)
Kazzas Incorporações S.A.	90,14%	82,12%	331.289	160.206	36.948	61.395	294.341	98.811	40.369	5.445
Kallas Ouro Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	654	2.114	356	953	298	1.161	137	485
Kallas Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	9.206	8.998	477	264	8.729	8.734	(5)	(2)
Kallas Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0002%	0,001%	7.338	7.293	6.934	6.889	404	404	-	(1)
Blend Vila Mariana Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	6.173	8.781	340	337	5.833	8.444	1.989	2.700
Bosque do Jaraguá Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	100,00%	-	1.318	-	215	-	1.103	-	57
Kallas Malaquita Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	249	285	-	21	249	264	(16)	(7)
Kallas Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	3.931	4.729	437	322	3.494	4.407	1.887	1.101
Marine Home & Sea Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	15.161	13.410	273	1.125	14.888	12.285	1.500	(1.024)
Arcansas Empreendimentos Imobiliários Ltda.	100,00%	100,00%	1.070	608	937	473	133	135	(2)	64
Cornalina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,0000%	0,001%	14.291	10.940	4.561	3.049	9			

... continuação

(i) Refere-se a baixa do pedido indeferido de restituição de Imposto de Renda e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no montante de R\$ 7.616.

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado Financeiro				
Receita de Aplicação Financeira	2.586	400	6.395	789
Variação Monetária Ativa	30	771	3.622	5.933
Correção Monetária Ativa	-	-	2.628	5.344
Juros sobre Contas a Receber (i)	13	1	15.933	328
Total	2.629	1.172	28.578	12.394
Despesas Financeiras				
Variação Monetária Passiva	(15)	(2)	(2.692)	(1.652)
Juros sobre Financiamento de Construção	-	-	(2.845)	(2.472)
Juros sobre Capital de Giro	(2.953)	(14)	(2.953)	(14)
Juros sobre Debêntures	(5.896)	-	(5.896)	-
Descontos Concedidos	-	(53)	(2.516)	(1.615)
Outras Despesas	(191)	(56)	(416)	(789)
Total	(9.055)	(125)	(17.318)	(6.542)
Resultado Financeiro	(6.426)	1.047	11.260	5.852

(i) Refere-se aos juros de 12% ao ano mais correção monetária pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) das unidades concluídas financiadas diretamente pela Companhia. **19. Reconciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social** - A reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.927	64.830	90.535	75.480
(x) Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de débito de imposto de renda e contribuição social	(22.415)	(22.042)	(30.782)	(25.663)
Efeito de impostos sobre:				
Resultado de equivalência patrimonial	46.703	31.148	9.990	2.285
Efeito da tributação pelo lucro presumido ou pelo patrimônio de afetação (RET)	-	-	33.043	23.634
Créditos fiscais (não) constituídos	(24.288)	(9.106)	(25.339)	(9.431)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(13.088)	(9.175)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(13.199)	(8.165)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	111	(1.010)
Alíquota efetiva	-	-	14,46%	12,16%

20. Empreendimentos em Construção - Informações e Compromissos - Consolidado: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.3, estão demonstrados a seguir os valores totais das operações de incorporação imobiliária de venda de unidades em construção, que incluem os montantes já realizados e apresentados nas contas patrimoniais e os montantes ainda não registrados, em virtude do critério de reconhecimento da receita aplicável às atividades imobiliárias. Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 01 e ao Ofício Circular CVM/SEP 02/2018, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados, e os adiantamentos recebidos estão apresentados nas rubricas "credores por aquisição de imóveis" e "adiantamentos de clientes" (vide nota explicativa nº 14). As informações acerca dos Empreendimentos em construção em 31 de dezembro de 2021 são como segue: a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado.

	Consolidado	
	2021	2020
Receita de Vendas a Apropriar de Unidades Vendidas		
(+) Receita bruta total de vendas	603.292	472.820
(-) Receita bruta total apropriada	(287.127)	(285.043)
(=) Saldo de receita a apropriar (a)	316.165	187.777
(+) Custo total dos imóveis vendidos	398.671	314.709
(-) Custo total apropriado	(185.240)	(189.310)
(=) Saldo de custo a apropriar (b)	213.431	125.399
Resultado a apropriar (a - b)	102.734	62.378

b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente às unidades vendidas:

	Consolidado	
	2021	2020
Valores não refletidos nas demonstrações financeiras		
12 meses	127.263	96.435
Acima de 12 meses	86.168	28.964
Total	213.431	125.399

21. Instrumentos Financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros Ativos de risco. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

	Controladora		Consolidado		Classificação
	2021	2020	2021	2020	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	24.501	79.537	193.667	122.250	Custo amortizado
Contas a receber	1.069	651	265.247	235.017	Custo amortizado
Partes relacionadas	48.877	107.100	30.902	18.053	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	20.532	40.014	145.332	161.054	Custo amortizado
Debêntures	152.102	-	152.102	-	Custo amortizado
Fornecedores	4.142	662	25.061	11.425	Custo amortizado
Distratos a pagar	-	-	5.891	5.324	Custo amortizado
Permuta Financeira	-	-	56.730	17.000	Custo amortizado
Compra de participação de empresas	8.758	10.036	8.758	10.036	Custo amortizado

Valores a pagar com partes relacionadas 27.274 101.393 15.062 29.253 Custo amortizado

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos: a) **Considerações sobre riscos:** (i) **Risco de crédito:** A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real, representada pela unidade imobiliária, de recuperação das unidades residenciais comercializadas nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. (ii) **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de

Kallas Incorporações e Construções S.A.

recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Sobre as contas a receber de incorporação é utilizada a taxa do Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). (iii) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos. Os vencimentos dos instrumentos financeiros que impactam a liquidez da Companhia são conforme segue:

	Controladora			2021			2020		
	Empréstimos	Debêntures	Fornecedores	Empréstimos	Debêntures	Fornecedores	Empréstimos	Debêntures	Fornecedores
Até 1 ano	9.730	4.221	4.142	10.825	662	-	-	-	-
De 2 a 3 anos	10.802	28.917	-	29.189	-	-	-	-	-
De 4 a 5 anos	-	118.964	-	-	-	-	-	-	-
Total	20.532	152.102	4.142	40.014	662	-	-	-	-
Consolidado									
Até 1 ano	31.976	4.221	25.061	78.568	11.425	-	-	-	-
De 2 a 3 anos	113.356	28.917	-	82.486	-	-	-	-	-
De 4 a 5 anos	-	118.964	-	-	-	-	-	-	-
Total	145.332	152.102	25.061	161.054	11.425	-	-	-	-

b) **Gestão do capital social:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos Empréstimos. O cálculo do índice de alavancagem, definido como o quociente da divisão entre o patrimônio líquido pela dívida líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	172.634	40.014	297.434	161.054
(-) Caixa equivalentes de caixa e títulos mobiliários (Nota 5)	(24.501)	(79.537)	(193.667)	(122.250)
Dívida Líquida	148.133	(39.523)	103.767	38.804
Patrimônio Líquido	706.941	643.630	798.100	711.838
Alavancagem	20,95%	(6,14%)	13,00%	5,45%

Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI. (b) Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial (TR). (c) Contas a receber, Empréstimos e financiamentos, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil e Índice Geral de Preços do Mercado (INCC e IGP-M). O cenário considerado foi Provável: mais provável, avaliação da Administração conforme descrita no quadro abaixo.

Operação	Indexador	Base	Taxa esperada	Cenários	
				- Alta	- Queda
Aplicações financeiras	CDI	166.427	11,87%	19.757	21.733
Empréstimos	CDI	70.464	11,87%	8.365	9.202
Empréstimos	TR	18.179	0,70%	127	140
Empréstimos	SELIC	42.058	12,25%	4.667	-
Empréstimos	POUPANÇA	14.631	6,87%	1.005	1.106
Debentures	CDI	154.756	11,87%	18.372	20.209
Contas a receber - imóveis em construção	INCC	145.708	7,31%	10.645	11.710

As taxas futuras do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (11,87%), consideram um horizonte de 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2021, com base nas taxas futuras disponibilizadas no website da B3. As taxas futuras do INCC (7,31%), consideram a média das variações mensais dos últimos 12 meses deste Índice, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, uma vez que não há dados públicos sobre as taxas futuras desta natureza. O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas e captação de novos Empréstimos. c) **Gestão de risco de mercado:** A Companhia dedica-se principalmente à incorporação, construção e venda de Empreendimentos Imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de Empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos: • A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores. • Impedimento no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente os recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente. • O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado. • Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor. • Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos. • Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização. • As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos Imobiliários e tarifas públicas. • As oportunidades de incorporação podem diminuir. • A construção e a venda de unidades dos Empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda. • Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias. • Eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode reduzir a oferta de financiamentos aos clientes. • A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes da incorporação

do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações. **22. Transações que não Afetaram Caixa e Equivalentes de Caixa** - As transações que não afetaram caixa e as demonstrações de fluxo de caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas abaixo: **Controladora:** As transações de Investimentos, dividendos e partes relacionadas mencionadas na nota explicativa n. 8 não tiveram efeito caixa, exceto pelos empreendimentos onde houve a venda de participação..

	2021	2020
Aquisição de terrenos por meio de permutas	34.184	39.579
Arrendamento mercantil	-	4.867
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	4.443	-

23. Informação por Segmento - A Administração da Companhia segrega os produtos de incorporação de acordo com os tipos de padrões e valores do mercado do ramo de incorporação imobiliária, desde o segmento de baixa renda, econômico, médio e alto padrão, com o objetivo de analisar o lucro bruto e os retornos dos investimentos nestes Empreendimentos. Assim como mencionado na nota explicativa nº 2.5.6, devido ao compartilhamento das estruturas e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia e suas controladas, as mesmas não são gerenciadas como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. A seguir, é apresentada uma análise das receitas e dos custos da Companhia por segmento em 2021 e de 2020:

	2021		2020	
	Kallas Incorp Consolidado	Kallas Arkhes Consolidado	Consolidado	
Receita líquida de vendas e serviços	172.426	316.533	488.959	
(-) Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados	(108.398)	(171.172)	(279.570)	
(=) Lucro bruto	64.028	145.361	209.389	
Equivalência patrimonial	-	-	29.383	
Resultado operacional	-	-	(159.497)	
Resultado financeiro líquido	-	-	11.260	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(13.088)	
Lucro líquido	-	-	77.447	

24. COVID-19 - Diante do cenário que estamos vivenciando desde o mês de março de 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus ("COVID-19"), a Companhia sempre teve como uma de suas principais preocupações, a segurança e o bem-estar de seus colaboradores, clientes e prestadores de serviço. Neste sentido, antes mesmo das autoridades oficiais determinarem a quarentena, a Companhia providenciou com extrema rapidez e profissionalismo, equipamentos e condições para que a totalidade dos colaboradores alocados no escritório, pudessem exercer suas atividades remotamente. Atualmente a Companhia permanece com sistema híbrido, onde alguns colaboradores permaneceram em trabalho remoto e outros, não incluídos em grupo de risco, estão trabalhando presencialmente. Adequamos nosso escritório aos protocolos sanitários e estamos realizando periodicamente a testagem de colaboradores com suspeita de COVID. Continuaremos atentos às melhores práticas sanitárias e ao cuidado da saúde de nossos colaboradores. Na totalidade das obras, as quais tiveram seu regular funcionamento, foram adotadas as recomendações divulgadas pelos protocolos do setor, tendo a Companhia, inclusive, contratado um médico que vem realizando exames individuais, em todas as equipes de produção, para identificação de eventuais focos de contágio, bem como imediata implantação do que venha ser cabível, tanto em relação às práticas médicas como na orientação sobre higiene, distanciamento social e cuidados no deslocamento entre as residências e obras. Assim, dentre os diversos procedimentos implantados nas obras, destacam-se: testes de COVID-19 para os funcionários, afastamento temporário dos colaboradores enquadrados em grupo de risco, uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes, medição de temperatura corporal na entrada e durante a jornada, disponibilização de álcool gel, intensificação na higienização dos canteiros, restrição do número de colaboradores nos refeitórios e vestiários, instituição de turnos alternados para entradas e saídas dos funcionários, a fim de evitar também a utilização de transporte público em horário de pico. A Companhia vem monitorando o número efetivo de colaboradores nas obras e constatou que, acima de 98% dos trabalhadores permaneceram no curso normal de suas atividades, garantindo, assim, o bom andamento do cronograma de produção dos Empreendimentos. Todas as obras com data de entrega prevista para 2021 foram concluídas no prazo. Os efeitos econômicos da pandemia e segunda onda de avanço do vírus continuaram a serem verificados na comercialização das unidades que, em razão do fechamento dos estandes de vendas e das incertezas sobretudo na manutenção da atividade econômica do país, ainda provocaram um impacto no primeiro semestre de 2021. Porém, tal impacto foi inferior ao que verificamos durante os períodos de restrições em 2020. Tivemos retomada gradual nas atividades comerciais presenciais entre os meses de abril e maio de 2021, com a reabertura dos estandes para visitação a partir de 18 de abril de 2021. A esteira de aprovações de projetos e respectivos lançamentos continuam a ser impactados pelos efeitos da pandemia. Os órgãos públicos, apesar de se adequarem ao novo cenário de trabalho remoto, ainda trabalham com um atraso nas análises e por consequência impactam nossas datas de lançamento. Com relação ao fluxo de recebimentos das unidades já vendidas, continuamos com as negociações e analisamos cada caso, objetivando, sobretudo, sermos solidários ao momento enfrentado pelos clientes e, consequentemente, evitar o distrato das unidades. Quanto a este aspecto, no ano, tivemos um volume de distratos apresentando estabilidade em relação ao indicador percentual sobre vendas brutas, mostrando que nossos esforços para manutenção das unidades vendidas e renegociações realizadas durante a pandemia foram bem-sucedidas. A Administração da Companhia acredita que mantendo a condução de seu negócio com diligência e responsabilidade, continuará a qual a criar soluções e a apresentar produtos inovadores, diferenciados e superiores na qualidade. Não foram identificadas outras alterações operacionais, bem como, impactos nas estimativas assumidas e/ou outros riscos adicionais de mercado. **25. Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas** - Em 8 de março de 2022, o Conselho da Administração aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou a sua divulgação.

Diretoria
Emílio Rached Esper Kallas - Diretor Presidente
Juliana Zambotti - Contadora CRC 1SP 168.613/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Kallas Incorporações e Construções S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Kallas Incorporações e Construções S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil: Conforme descrito na

nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas:** A Companhia reconhece a receita em venda de imóveis durante a execução das obras com previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.1 e nº 2.5.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e a medição da evolução destas. Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria pelo risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos. Dessa forma, identificamos o processo e as atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia e efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) Entendimento, avaliação do ambiente de controles internos e testes de efetividade das atividades de controles relacionadas ao processo

e revisão das estimativas relacionadas ao custo orçado e ao reconhecimento da receita. (ii) Obtenção de estimativas do custo a incorrer aprovadas pelo Departamento de Engenharia e pelo Comitê estabelecido pela Companhia com tal propósito. (iii) Projeções analíticas de custos orçados para os empreendimentos em construção no exercício, com base em informações históricas de custos efetivamente incorridos oriundos de empreendimentos já finalizados. (iv) Testes, em base amostral, na documentação existente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade e integridade das estimativas de custo aprovadas para os empreendimentos. (v) Revisões analíticas sobre as estimativas de custos incorridos e a incorrer. (vi) Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, identificamos ajustes de auditoria, considerados imateriais e que foram registrados pela Companhia e deficiências de controles internos relacionadas ao processo de reconhecimento de receita da Companhia, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu

... continuação

conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de

Kallas Incorporações e Construções S.A.

suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de março de 2022.
Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP 011.609/O-8

Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1SP 289.690/O-0

Deloitte.**Ecozona Ambiental S.A.**

CNPJ/ME nº 43.476.304/0001-32 – NIRE 35.300.576.713

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2022

Local, horário e data: na sede social da Ecozona Ambiental S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.546, conjunto 121, Sala O, Parte, Consolação, CEP 01228-200, às 10 horas, do dia 14 de fevereiro de 2022 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas nesta Ata e em livro próprio. **Mesa:** Presidente: **Damaris Zancanaro;** Secretário: **Giuseppe Pinelli.** **Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a segunda emissão, pela Companhia, de debêntures conversíveis em ações da espécie quirográfrica em série única para distribuição privada ("Emissão"); (ii) autorizar a Diretoria da Companhia, na hipótese de aprovação da Emissão, a celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão; e (iii) ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações (i) e (ii). **Deliberações:** após a discussão da matéria constante da Ordem do dia, os acionistas representando a totalidade das ações da Companhia, sem quaisquer ressalvas, aprovaram as seguintes matérias: 1. A emissão de 1 (uma) debênture ("Debênture"), a ser integralmente subscrita e integralizada pela Ecozona Participações Ltda., sociedade empresária limitada unipessoal, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.546, conjunto 121, Sala O, Consolação, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/ME sob nº 42.566.934/0001-35 ("Debenturista"), pelo valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em moeda corrente nacional ("Emissão"). A referida Emissão deverá ser realizada sob os seguintes termos e condições básicas e de acordo com o respectivo Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica em Série Única, da Companhia ("Escritura"): (i) **Número da Emissão.** A Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Companhia. (ii) **Valor Total da Emissão.** O valor total da Debênture será de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na Data de Emissão. (iii) **Valor Nominal.** A Debênture terá um valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). (iv) **Quantidade e Série.** 1 (uma) única Debênture será emitida na Data de Emissão em uma única série. (v) **Espécie.** A Debênture será da espécie quirográfrica. (vi) **Convertibilidade.** O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), somado à Remuneração e demais encargos, poderá ser convertido em ações ordinárias de emissão da Emissora ("Ações"), de acordo com o Artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações ("Conversão"). (a) A Conversão será facultativa, podendo ocorrer a qualquer tempo e a critério único e exclusivo do Debenturista, englobando o valor total em aberto do saldo devedor do Valor Nominal Unitário e da Remuneração, e ocorrerá mediante comunicação por meio de notificação escrita aos acionistas da Emissora e à Emissora ("Notificação de Conversão"), informando sua intenção de converter o valor em aberto do saldo devedor em Ações. O envio da Notificação de Conversão pelo Debenturista será, para todos os fins, a prova legal suficiente do exercício da Conversão. (b) A Conversão ocorrerá quando do envio da Notificação de Conversão. (c) Após o recebimento da notificação de solicitação, a Emissora e os seus acionistas deverão realizar todos os atos necessários à emissão das respectivas Ações, imediatamente após o recebimento da Notificação de Conversão. (d) No momento da conversão, a Debênture será convertida em 10.000.000 (dez milhões) de Ações de emissão da Emissora. (e) Mediante a Conversão, a debênture objeto da Conversão será cancelada. (f) Os procedimentos legais para a integração do Debenturista ao quadro societário da Emissora deverão ser finalizados em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da Notificação da Conversão, podendo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes ou em decorrência de exigências das autoridades públicas. (vii) **Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados integralmente para o financiamento do capital de giro e outras atividades usuais da Emissora. (viii) **Garantias.** A Debênture não possui garantias. (ix) **Prazo e Data de Vencimento.** A amortização do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) deverá ser pago pela Emissora em 1 (uma) parcela, com vencimento no 5º (quinto) ano após a Data de Integralização (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada da Debênture, em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Compulsório Total ou da Conversão, nos termos a serem previstos na Escritura). (x) **Atualização Monetária e Remuneração.** A Debênture não será atualizada monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) incidirão juros remuneratórios de 12% (doze por cento) ao ano. (xi) **Vencimento Antecipado.** O Debenturista terá o direito de declarar antecipadamente vencidas e exigir o pagamento imediato pela Companhia do Valor Nominal Unitário da Debênture (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração devida até a data em que seja declarado o vencimento antecipado, nas hipóteses a serem previstas na Escritura. (xii) **Pagamentos.** Todos os pagamentos devidos nos termos da Debênture deverão ser realizados pela Emissora para o Debenturista, em moeda corrente nacional, por meio de transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta bancária indicada pelo Debenturista. (xiii) **Forma.** A Debênture será da forma nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. A titularidade da Debênture será primeiramente comprovada pelo Boletim de subscrição devidamente assinado e, após eventual transferência de propriedade, por anotação no mesmo, que deverá incluir o nome do adquirente. (xiv) **Data de Emissão.** A data de emissão da Debênture será 16 de fevereiro de 2022 ("Data de Emissão"). (xv) **Data de Subscrição.** A Debênture será integralmente subscrita na Data de Emissão. (xvi) **Subscrição.** A Debênture será subscrita pelo Debenturista via assinatura do Boletim de Subscrição, que fará prova de titularidade da Debênture pelo Debenturista, permitindo-o exercer todos os seus direitos decorrentes da Debênture. (xvii) **Integralização.** A integralização da Debênture será realizada pelo Debenturista por meio de transferência de recursos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser expressamente indicada pela Companhia, em uma única parcela na Data de Emissão. (xviii) **Negociação.** A Debênture poderá ser negociada e transferida a terceiros, total ou parcialmente, desde que a oferta e a negociação sejam realizadas de forma privada, sem esforços de venda realizados por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, para o público em geral, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. (xix) **Escritura de Emissão.** Todos os demais termos e condições específicos relacionados à Emissão serão tratados detalhadamente na Escritura. 2. Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos e quaisquer documentos, e seus eventuais aditamentos, conforme o caso, e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas sem limitação, a celebração da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos. 3. Ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/76, que lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: **Damaris Zancanaro;** Secretário: **Giuseppe Pinelli.** **Acionistas:** **Damaris Zancanaro** e **Ecozona Participações Ltda.** (representada por Giuseppe Pinelli). Declaro que a presente é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. Mesa: **Damaris Zancanaro** – Presidente; **Giuseppe Pinelli** – Secretário. Acionistas: **Damaris Zancanaro;** **Ecozona Participações Ltda.** Por: **Giuseppe Pinelli**, Cargo: Diretor.

BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2022

1. Data, Local e Hora: Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2022, às 11:30 horas, por videoconferência, em razão do Decreto nº 69.420/2020 do Estado de São Paulo que restringe atividades empresariais presenciais como medida de contenção da Covid-19. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretária-fo. **4. Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 19, inciso XII, do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: a) A prestação de garantia pela Companhia no Contrato de Arrendamento Mercantil a ser celebrado por sua Controlada Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") com a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S/A ("HP"), denominado Contrato de Arrendamento Mercantil nº 5306581600284293BRA3 ("Contrato 5306581600284293BRA3"), para aquisição dos seguintes bens/serviços: (i) 20 (vinte) Equipamentos de Rede HPE, Aruba (Aruba AP-505 (RW) Unified AP); (ii) 02 (dois) Equipamentos de Rede HPE, Aruba (AP-MNT-MP10-D Campus AP Mount Bracket Kit (10-Pack)); e (iii) Instalação dos mesmos, conforme obrigações contratuais. **5.2.** O tema aprovado no item 5.1 acima, foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, nos termos do material informativo que foi previamente disponibilizado aos Conselheiros, cuja cópia seguirá arquivada na sede da Companhia. **5.3.** Em razão da aprovação acima, autorizar que a Diretoria da Companhia pratique todas as providências necessárias para a implementação da matéria aprovada, incluindo a assinatura de instrumentos específicos. **5.4.** Considerando que a presente reunião foi realizada por videoconferência, o Conselho de Administração autoriza que a presente ata seja assinada digitalmente pelo secretário e arquivada com as manifestações de aprovação por e-mail dos membros do Conselho de Administração. **5.5.** Por fim, restou deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado Companhia e secretário da reunião, Sr. José Garcia Neto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada pelo Secretário, tendo em vista sua realização por videoconferência. São Paulo, 11 de fevereiro de 2022. Assinaturas: **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente/Conselheiro; **José Garcia Neto** – Secretário; **João Villar Garcia** – Conselheiro; **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 123.199/22-0 em 07/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Lazam-MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 – NIRE 35.300.335.228

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, hora e local: Em 31 de janeiro de 2022, às 10:00 horas, na sede social, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Presença:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração: José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva, sendo dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 5º do artigo 17 do Estatuto Social. **Mesa:** Presidente José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Secretário: José Diogo Carneiro de Araújo e Silva. **2. Ordem do Dia:** (a) tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo Diretor **Gustavo Cruz Quintão;** (b) eleição do Diretor; (c) reeleição dos Diretores. **3. Resumo das Deliberações:** a) Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento da carta de renúncia apresentada pelo Diretor: Sr. **Gustavo Cruz Quintão**, brasileiro, casado em Regime da Comunhão Parcial de Bens, médico, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.176.886-73, portador da Cédula de Identidade RG nº 6592861, MG, CNH registrada sob o nº 01318945346, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na mesma cidade, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070; (b) aprovaram a eleição do Diretor, Sr. **Paulo Maurício Fernandes Loureiro**, brasileiro, casado, em Regime de Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito OAB RJ 151778, inscrito no CPF sob o nº 053.383.937-86, portador da Cédula de Identidade RG nº 13014310-0 IFP; (c) em decorrência das deliberações acima, são reeleitos os Diretores a seguir, ficando a diretoria assim composta: **Diretor Superintendente Sr. Ariel Yanitchkis Couto**, brasileiro, casado, em Regime de Separação de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.799.217-11, RG nº 096.50802-3 IFP; **Diretores:** Sr. **Paulo Maurício Fernandes Loureiro** brasileiro, casado, em Regime de Comunhão Parcial de Bens, advogado, inscrito OAB RJ 151778, inscrito no CPF sob o nº 053.383.937-86, portador da Cédula de Identidade RG nº 13014310-0 IFP; Sr. **Thomaz Tescardo**, brasileiro, casado, pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 22605329852, portador da Cédula de Identidade RG nº 290592379 IFP; Sr. **Thiago Teixeira Tristão**, brasileiro, casado em Regime da Comunhão Parcial de Bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.317.167-65, portador da Cédula de Identidade, RG nº 117.546.010DICRJ, todos residentes e domiciliados em São Paulo SP, com escritório na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, sala 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070; b) Todos eleitos com mandato de dois anos. 4. Declaração de Desimpedimento: A Diretoria eleita declarou, para os devidos fins e especialmente para os propósitos do disposto no Artigo 147, parágrafo 1º da Lei nº 6404/76, não estar desimpedida por Lei especial, e nem condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Referida declaração de desimpedimento encontra-se arquivada na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes que a subscrevem: José Manuel Queirós Dias da Fonseca-Presidente da mesa, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva – Secretário. Conselheiros: José Manuel Queirós Dias da Fonseca, Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos, José Diogo Carneiro de Araújo e Silva. São Paulo, 31 de janeiro de 2022. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** **Certifico Diogo Carneiro de Araújo e Silva – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.644/22-4 em 04/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,0088 / R\$ 5,0094 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,0090 / R\$ 5,0110 *
Turismo - R\$ 5,0130 /
R\$ 5,1870

(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado

no dia: -0,77%

OURO BM&F
R\$ 320,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: 2,43%
Pontos: 113.900
Volume financeiro:
R\$ 36,235 bilhões
Maiores altas: CVC Bra-
sil ON (16,97%), Natura
ON (16,25%), Banco
Inter UNT (15,18%)
Maiores baixas: PetroRio
ON (-6,44%), Vale ON
(-6,24%), 3R Petroleum
ON (-4,35%)
S&P 500 (Nova York):
2,57%
Dow Jones (Nova York):
2,00%
Nasdaq (Nova York):
3,60%
CAC 40 (Paris): 7,13%
Dax 30 (Frankfurt):
7,92%

Negócios

Herdeira assume comando da Zara em meio à guerra e à pandemia



O próximo dia 1º de abril marca a mudança de comando de uma das gigantes do vestuário global: a Inditex, dona da Zara, volta a ser guiada por um membro da família fundadora. Entra Marta Ortega, 38 anos, filha caçula do criador da Zara, Amancio Ortega. Sai Pablo Isla, 58, o executivo que esteve à frente da companhia nos últimos 11 anos, período em que o valor de mercado da Inditex saltou seis vezes, para cerca de 71 bilhões de euros.

O mercado ficou apreensivo com a mudança de controle, anunciada em 30 de novembro do ano passado. Naquele pregão, as ações da Inditex na Bolsa de Madri

recuaram mais de 6%. Desde o anúncio até o último dia 4, os papéis da companhia acumulam perda de 27% - período em que o Índice Geral da Bolsa de Valores de Madri caiu 6,2%.

A grande dúvida é se Marta Ortega, que trabalha na empresa há 15 anos, mas ocupando uma posição discreta, vai dar conta de conduzir o grupo, que passou por duas gestões vencedoras: a do seu pai, Amancio Ortega (que hoje, aos 85 anos, se dedica mais ao mercado imobiliário, por meio do family office Pontegadea), e de Pablo Isla, que já liderou por duas vezes o ranking dos melhores executivos do mundo, da Harvard Business Review.

O desafio é ainda maior neste momento. Embora a empresa tenha conseguido, durante a pandemia, redirecionar as vendas das lojas físicas para o canal online, com a guerra entre Rússia e Ucrânia, as vendas no leste europeu ficam comprometidas. A região é expressiva para a companhia: ao todo, o grupo soma 502 lojas só na Rússia. Na Polônia, principal destino dos refugiados no conflito, a Inditex tem 233 pontos, quase tanto quanto na França, onde soma 270 lojas. Neste sábado (5), a companhia enviou um comunicado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) espanhola, informando a suspensão das suas operações na Rússia.

Daniele Madureira/Folhapress

Demanda por voos da Azul cresce 20,1% em fevereiro na comparação anual

A Azul informou que o tráfego de passageiros consolidado (RPKs) aumentou 20,1% em fevereiro ante igual mês de 2021, frente a um aumento de 20,7% da capacidade (ASKs), resultando em uma taxa de ocupação de 78,0%, uma redução de 0,4 ponto porcentual comparado com o mesmo período do ano passado.

“Novamente, em fevereiro, vimos a demanda superando os níveis pré-pandemia, permitindo a manutenção racional da nossa capacidade e alavancagem das vantagens competitivas e sustentáveis

da nossa malha e do nosso modelo de negócios”, destaca John Rodgerson, CEO da Azul, em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No mercado doméstico, a demanda cresceu 7,3% ante um ano, enquanto a oferta subiu 8,9%, com uma taxa de ocupação de 77,4% ou 1,2 ponto porcentual menor que 2021.

No internacional, a demanda cresceu mais de 1000%, enquanto a oferta subiu 781,6%, com a taxa de ocupação ficando em 82,6%, alta de 16,9%.

Estadão Conteúdo



Credores da Samarco rejeitam nova proposta de reestruturação



Os detentores de títulos da mineradora Samarco, uma joint venture entre a Vale e o grupo BHP, rejeitaram a nova proposta de reestruturação da empresa, conforme um documento judicial arquivado na segunda-feira.

Gestores de fundos como Citadel, Maple Rock, Monda, Oaktree e Solus disseram no documento arquivado por seus advogados que a nova proposta da Samarco “beneficia apenas as acionistas”.

Os credores reclamam do desconto de 75% sobre o valor de face da dívida e dizem que a alternativa de transformar sua dívida em participação acionária não dará direito a voto quando se tornarem acionistas.

Uma assembleia de credores para votar o plano está marcada para quinta-feira. A alternativa de conversão de dívida em capital também é rejeitada pelos detentores de bônus, aponta o documento, porque após uma perda de 55 bilhões de reais (10,8 bilhões de dólares) no ano passado, a Samarco está impedida de pagar dividendos.

O pagamento de dividendos só poderia ser feito depois de zerar os prejuízos acumulados da empresa, afirmam os advogados dos credores no documento. Se a proposta da empresa for rejeitada, os credores podem apresentar um plano alternativo. Vale e BHP já disseram que vão pedir direito de voto na assembleia neste caso.

Reuters